



# DIÁRIO

# República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XLII — Nº 23

TERÇA-FEIRA, 18 DE AGOSTO DE 1987

BRASÍLIA — DF

## CONGRESSO NACIONAL

### SUMÁRIO

#### 1 — ATA DA 24ª SESSÃO CONJUNTA, EM 17 DE AGOSTO DE 1987

##### 1.1 — ABERTURA

##### 1.2 — ORDEM DO DIA

##### 1.2.1 — Leitura de Mensagens Presidenciais e designação de relatores.

Mensagem nº 48, de 1987-CN (nº 69/85, na origem), através da qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-Lei nº 2.217, de 3 de janeiro de 1985, que reajusta os vencimentos e proventos dos servidores da Secretaria do Tribunal Superior Eleitoral e dá outras providências. (Rel. Deputado Francisco Amaral.)

Mensagem nº 49, de 1987-CN (nº 70/85, na origem), através da qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-Lei nº 2.218, de 3 de janeiro de 1985, que reajusta os vencimentos e proventos dos servidores das Secretarias dos Tribunais Regionais Eleitorais e dá outras providências. (Rel. Deputada Eunice Michiles.)

Mensagem nº 50, de 1987-CN (nº 71/85, na origem), através da qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-Lei nº 2.219, de 3 de janeiro de 1985, que reajusta os valores de vencimentos e proventos dos membros do Tribunal de Contas do Distrito Federal e do respectivo Ministério Público e dá outras providências. (Rel. Deputado Sigmaringa Seixas.)

Mensagem nº 51, de 1987-CN (nº 72/85, na origem), através da qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-Lei nº 2.220, de 7 de janeiro de 1985, que reajusta os vencimentos, salários e proventos dos servi-

dores das Secretarias do Superior Tribunal Militar e das Auditorias da Justiça Militar e dá outras providências. (Rel. Deputado Jorge Lequed.)

Mensagem nº 52, de 1987-CN (nº 73/85, na origem), através da qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-Lei nº 2.221, de 7 de janeiro de 1985, que reajusta os valores de vencimentos, salários e proventos dos servidores da Secretaria do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Ofícios Judiciais da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios. (Rel. Senador Meira Filho.)

Mensagem nº 53, de 1987-CN (nº 74/85, na origem), através da qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-Lei nº 2.222, de 7 de janeiro de 1985, que reajusta os vencimentos, salários e proventos dos servidores das Secretarias do Tribunal Federal de Recursos e do Conselho de Justiça Federal e dá outras providências. (Rel. Senador Wilson Martins.)

Mensagem nº 54, de 1987-CN (nº 75/85, na origem), através da qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-Lei nº 2.223, de 7 de janeiro de 1985, que reajusta os vencimentos e proventos dos funcionários do Quadro das Secretarias das Seções Judiciárias da Justiça Federal de Primeira Instância, bem como os das pensões e dá outras providências. (Rel. Senador Nabor Júnior.)

Mensagem nº 55, de 1987-CN (nº 76/85, na origem), através da qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-Lei nº 2.224, de 9 de janeiro de 1985, que inclui a Gratificação de Atividades de Apoio no Ane-

xo II do Decreto-Lei nº 1.360, de 22 de novembro de 1974, e dá outras providências. (Rel. Senador Pompeu de Sousa.)

Mensagem nº 56, de 1987-CN (nº 77/85, na origem), através da qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-Lei nº 2.225, de 10 de janeiro de 1985, que cria a Carreira Auditoria do Tesouro Nacional e seus cargos, fixa os valores de seus vencimentos e dá outras providências. (Rel. Senador Mauro Benevides.)

Mensagem nº 57, de 1987-CN (nº 78/85, na origem), através da qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-Lei nº 2.226, de 16 de janeiro de 1985, que autoriza o Tesouro Nacional a participar do capital da Companhia Brasileira de Entrepósitos e Comércio — Cobec e dá outras providências. (Rel. Deputado José Mendonça de Moraes.)

##### 1.2.2 — Prazo para apreciação das matérias

##### 1.2.3 — Leitura de Proposta de Emenda à Constituição

— Nº 99, de 1987, que altera dispositivo da Constituição Federal.

##### 1.2.4 — Designação da Comissão Mista. Fixação de calendário para tramitação da matéria.

##### 1.2.5 — Questão de ordem

Suscitada pelo Sr. Deputado Adylson Motta e acolhida pela Presidência, referente a inexistência de **quorum** para prosseguimento da sessão.

##### 1.2.6 — Comunicação da Presidência

— Convocação de sessão conjunta a realizar-se amanhã, dia 18, às 10 horas, com Ordem do Dia que designa.

##### 1.4 — ENCERRAMENTO

# EXPEDIENTE

## CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

**PASSOS PÔRTO**  
Diretor-Geral do Senado Federal  
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor Executivo  
**LUIZ CARLOS DE BASTOS**  
Diretor Administrativo  
**JOSECLER GOMES MOREIRA**  
Diretor Industrial  
**LINDOMAR PEREIRA DA SILVA**  
Diretor Adjunto

**DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL**  
Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

### ASSINATURAS

Semestral .....	Cz\$ 264,00
Despesa c/ postagem .....	Cz\$ 66,00
(Via Terrestre)	
<b>TOTAL</b>	<b>330,00</b>
Exemplar Avulso .....	Cz\$ 2,00
Tiragem: 2.200 exemplares.	

## Ata da 24ª Sessão Conjunta, em 17 de agosto de 1987

### 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

#### Presidência do Sr. Dirceu Carneiro

ÀS 20 HORAS E 25 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Mário Maia — Aluizio Bezerra — Nabor Júnior — Leopoldo Peres — Aureo Mello — Odacir Soares — Ronaldo Aragão — Almir Gabriel — Jarbas Passarinho — Alexandre Costa — Edison Lobão — Chagas Rodrigues — Hugo Napoleão — Virgílio Távora — Cid Sabóia de Carvalho — Mauro Benevides — José Agripino — Lavoisier Maia — Marcondes Gadelha — Humberto Lucena — Raimundo Lira — Marco Maciel — Mansueto de Lavor — Francisco Rollemberg — Lounval Baptista — Ruy Bacelar — José Ignácio Ferreira — Gerson Camata — João Calmon — Jamil Haddad — Afonso Arinos — Nelson Carneiro — Ronan Tito — Severo Gomes — Fernando Henrique Cardoso — Mário Covas — Mauro Borges — Iram Saraiva — Irapuan Costa Júnior — Pompeu de Souza — Maurício Corrêa — Meira Filho — Louremberg Nunes Rocha — Márcio Lacerda — Mendes Canale — Rachid Saldanha Derzi — Wilson Martins — Leite Chaves — José Richa — Dirceu Carneiro — Carlos Chiarelli.

#### E OS SRS. DEPUTADOS:

##### Acre

José Melo — PMDB; Narciso Mendes — PDS.

##### Amazonas

Bernardo Cabral — PMDB; Beth Azize — PSB; José Dutra — PMDB.

##### Rondônia

Arnaldo Martins — PMDB; Assis Canuto — PFL; Francisco Sales — PMDB; José Guedes — PMDB; José Viana — PMDB; Rita Furtado — PFL.

##### Pará

Ademir Andrade — PMDB; Aloysio Chaves — PFL; Arnaldo Moraes — PMDB; Domingos Juvenil — PMDB; Gabriel Guerreiro — PMDB; Gerson

Peres — PDS; Jorge Arbage — PDS; Paulo Roberto — PMDB

##### Maranhão

Cid Carvalho — PMDB; Costa Ferreira — PFL; Davi Alves Silva — PDS; Eliézer Moreira — PFL; Enoc Vieira — PFL; José Teixeira — PFL; Wagner Lago — PMDB.

##### Plauí

Álila Lira — PFL; Felipe Mendes — PDS; Heráclito Fortes — PMDB; Jesualdo Cavalcanti — PFL; José Luiz Maia — PDS; Mussa Demeas — PFL.

##### Ceará

Expedito Machado — PMDB; José Lins — PFL; Lúcio Alcântara — PFL; Luiz Marques — PFL; Manoel Viana — PMDB; Moerna São Thiago — PDT; Moysés Pimentel — PMDB; Raimundo Bezerra — PMDB; Ubiratan Aguiar — PMDB.

##### Rio Grande do Norte

Antônio Câmara — PMDB; Iberê Ferreira — PFL; Ismael Wanderley — PMDB; Vingt Rosado — PMDB; Wilma Maia — PDS.

##### Paraíba

Agassiz Almeida — PMDB; Aluizio Campos — PMDB; Antonio Mariz — PMDB; Cássio Cunha Lima — PMDB; Edivaldo Motta — PMDB; João Agripino — PMDB.

##### Pernambuco

Egídio Ferreira Lima — PMDB; Gonzaga Patriota — PMDB; Inocência Oliveira — PFL; José Moura — PFL; Luiz Freire — PMDB; Nilson Gibson — PMDB; Oswaldo Lima Filho — PMDB; Paulo Marques — PFL; Roberto Freire — PCB; Salatiel Carvalho — PFL.

##### Sergipe

João Machado Rollemberg — PFL; José Queiroz — PFL; Messias Góis — PFL.

##### Bahia

Carlos Sant'Anna — PMDB; Eraldo Tinoco — PFL; Fernando Gomes — PMDB; João Alves — PFL; Jorge Vianna — PMDB; Lídice da Mata — PC do B; Luiz Eduardo — PFL; Manoel Castro — PFL; Mário Lima — PMDB; Prisco Viana — PMDB; Ulidurico Pinto — PMDB; Waldec Ornêlas — PFL.

##### Espírito Santo

Hélio Manhães — PMDB; Nyder Barbosa — PMDB; Stélio Dias — PFL.

##### Rio de Janeiro

Adolfo Oliveira — PL; Amaral Netto — PDS; Fábio Raunheitti — PTB; José Luiz de Sá — PL; Luiz Salomão — PDT; Sandra Cavalcanti — PFL.

##### Minas Gerais

Carlos Cotta — PMDB; Célio de Castro — PMDB; Chico Humberto — PDT; Christóvam Chiaradia — PFL; Homero Santos — PFL; Israel Pinheiro — PMDB; José Geraldo — PMDB; Leopoldo Bessone — PMDB; Luiz Alberto Rodrigues — PMDB; Mello Reis — PDS; Milton Lima — PMDB; Milton Reis — PMDB; Octávio Elisio — PMDB; Paulo Delgado — PT; Pimenta da Veiga — PMDB; Roberto Brant — PMDB; Ronaro Corrêa — PFL; Rosa Prata — PMDB; Virgílio Guimarães — PT.

##### São Paulo

Ademir de Barros Filho — PDT; Ailton Sandoval — PMDB; Del Bosco Amaral — PMDB; Dorelo Campanari — PMDB; Florestan Fernandes — PT; Francisco Amaral — PMDB; Francisco Rossi — PTB; José Carlos Grecco — PMDB; Manoel Moreira — PMDB; Nelson Seixas — PDT; Paulo Zarzur — PMDB; Roberto Rollemberg — PMDB; Tito Costa — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB.

**Goiás**

Aldo Arantes — PC do B; Antonio de Jesus — PMDB; Délio Braz — PMDB; Fernando Cunha — PMDB; Jalles Fontoura — PFL; João Natal — PMDB; Mauro Miranda — PMDB; Paulo Roberto Cunha — PDC; Pedro Canedo — PFL; Si-  
queira Campos — PDC.

**Distrito Federal**

Augusto Carvalho — PCB; Francisco Carneiro — PMDB; Geraldo Campos — PMDB; Jofran Fre-  
jat — PFL; Maria de Lourdes Abadia — PFL; Sig-  
maringa Seixas — PMDB; Valmir Campelo — PFL.

**Mato Grosso**

Antero de Barros — PMDB; Osvaldo Sobrinho — PMDB; Percival Muniz — PMDB; Rodrigues  
Palma — PMDB; Ubiratan Spinelli — PDS.

**Mato Grosso do Sul**

Plínio Martins — PMDB; Ruben Figueiró —  
PMDB; Saulo Queiróz — PFL.

**Paraná**

Alarico Abib — PMDB; Dionísio Dal Prá — PFL;  
Ervin Bonkoski — PMDB; Euclides Scalco —  
PMDB; Osvaldo Macedo — PMDB; Paulo Pimentel  
— PFL; Sérgio Spada — PMDB; Tadeu França  
— PMDB.

**Santa Catarina**

Alexandre Puzyna — PMDB; Antoniocarlos  
Konder Reis — PDS; Artenir Werner — PDS;  
Eduardo Moreira — PMDB; Francisco Kuster —  
PMDB; Henrique Córdova — PDS; Luiz Henrique  
— PMDB; Orlando Pacheco — PFL; Paulo Maca-  
rini — PMDB.

**Rio Grande do Sul**

Adroaldo Streck — PDT; Adylson Motta — PDS;  
Amaury Müller — PDT; Arnaldo Prieto — PFL;  
Carlos Cardinal — PDT; Floriceno Paixão — PDT;  
Ibsen Pinheiro — PMDB; Irajá Rodrigues — PMDB;  
Ivo Lech — PMDB; Ivo Mainardi — PMDB; Júlio  
Costamilan — PMDB; Luís Roberto Ponte —  
PMDB; Mendes Ribeiro — PMDB; Nelson Jobim  
— PMDB; Osvaldo Bender — PDS; Paulo Minca-  
rone — PMDB; Ruy Nedel — PMDB; Vicente Bogo  
— PMDB.

**Amapá**

Raquel Capiberibe — PMDB;

**Roraima**

Mariuce Pinto — PTB; Ottomar Pinto — PTB.

**O SR. PRESIDENTE** (Dirceu Carneiro) — as  
listas de presença acusam o comparecimento de  
51 Srs. Senadores e 143 Srs. Deputados. Havendo  
número regimental, declaro aberta a sessão.

Não há oradores inscritos para o período de  
breves comunicações.

**O SR. PRESIDENTE** (Dirceu Carneiro) —  
Passa-se à

**ORDEM DO DIA**

**Item I:**

A presente sessão destina-se à leitura das Men-  
sagens Presidenciais nºs 48, 49, 50, 51, 52, 53,  
54, 55, 56, e 57, de 1987-CN.

O Sr. Primeiro-Secretário procederá à leitura  
da Mensagem nº 48, de 1987-CN. »

É lida a seguinte:

**MENSAGEM**  
**Nº 48, de 1987-CN**  
**(Nº 69/85, na origem)**

Excelentíssimos Senhores Membros do Con-  
gresso Nacional:

Nos termos do § 1º do art. 55 da Constituição  
Federal, tendo a honra de submeter à elevada  
deliberação do Congresso Nacional, acompanha-  
do de Exposição de Motivos do Senhor Ministro-  
Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, o texto  
do Decreto-Lei nº 2.217, de 3 de janeiro de 1985,  
publicado no **Diário Oficial** da União do dia sub-  
seqüente, que "reajusta os vencimentos e proven-  
tos dos servidores da Secretaria do Tribunal Supe-  
rior Eleitoral e dá outras providências".

Brasília, 23 de janeiro de 1985. — **João Figuei-  
redo.**

Ofício nº 1/85

Brasília, 2 de janeiro de 1985

A Sua Excelência o Senhor  
General-de-Exército João Baptista de Oliveira Fi-  
gueiredo

Digníssimo Presidente da República  
Senhor Presidente da República,

Tenho a honra de submeter a Vossa Excelência  
o anexo projeto de decreto-lei que reajusta os  
vencimentos e proventos dos funcionários da Se-  
cretaria do Tribunal Superior Eleitoral, para o efei-  
to, de se assim deliberar Vossa Excelência, ser  
expedido o respectivo ato legislativo, nos termos  
do art. 55, inciso III, *in fine*, da Constituição Fe-  
deral.

O mencionado projeto observa as mesmas ba-  
ses do reajustamento concedido aos funcionários  
do Poder Executivo pelo Decreto-Lei nº 2.204,  
de 27 de dezembro de 1984.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa  
Excelência os protestos de minha mais elevada  
consideração. — **Ministro Rafael Mayer**, Presi-  
dente do Tribunal Superior Eleitoral

DECRETO-LEI Nº 2.217,  
DE 3 DE JANEIRO DE 1985

**Reajusta os vencimentos e proventos  
dos servidores da Secretaria do Tribunal  
Superior Eleitoral e dá outras providên-  
cias.**

O Presidente da República, no uso da atribuição  
que lhe confere o art. 55, item III, da Constituição,  
decreta:

Art. 1º Os atuais valores dos vencimentos e  
proventos do pessoal ativo e inativo do Quadro  
Permanente da Secretaria do Tribunal Superior  
Eleitoral, decorrentes da aplicação do Decreto-Lei  
nº 2.136, de 27 de junho de 1984, são reajustados  
em 75% (setenta e cinco por cento).

Art. 2º O servidor do Quadro Permanente da  
Secretaria do Tribunal Superior Eleitoral, quando  
investido em cargo em comissão ou função de  
confiança do Grupo-DAS-100, continuará perce-  
bendo a Gratificação de Nível Superior a que se  
refere o art. 6º do Decreto-Lei nº 1.838, de 23  
de dezembro de 1980.

Parágrafo único. O disposto neste artigo apli-  
ca-se ao funcionário aposentado com fundamen-  
to no art. 180, da Lei nº 1.711, de 28 de outubro  
de 1952, e alterações posteriores, desde que fizes-  
se jus à referida gratificação na atividade.

Art. 3º Fica elevado para Cr\$ 8.300,00 (oito  
mil e trezentos cruzeiros) o valor do salário-família.

Art. 4º A despesa decorrente da execução  
desde decreto-lei correrá à conta das dotações  
do Orçamento Geral da União para 1985.

Art. 5º Este decreto-lei entra em vigor na data  
de sua publicação, com os efeitos financeiros a  
partir de 1º de janeiro de 1985, revogadas as dis-  
posições em contrário.

Brasília, 3 de janeiro de 1985; 164º da indepen-  
dência e 97º da República. — **João Figueiredo.**

**LEGISLAÇÃO CITADA**

LEI Nº 1.711,  
DE 28 DE OUTUBRO DE 1952

**Dispõe sobre o Estatuto dos Funcio-  
nários Públicos Cíveis da União.**

**CAPÍTULO X**  
**Da Aposentadoria**

Art. 180. O funcionário que contar mais de  
35 anos de serviço público será aposentado:

a) com as vantagens da comissão ou função  
gratificada em cujo exercício se achar, desde que  
o exercício abranja, sem interrupção, os cinco  
anos anteriores;

b) com idênticas vantagens, desde que o exer-  
cício do cargo em comissão ou da função gratifi-  
cada tenha compreendido um período de dez  
anos, consecutivos ou não, mesmo que, ao apo-  
sentar-se o funcionário já esteja fora daquele exer-  
cício.

§ 1º No caso da letra b deste artigo, quando  
mais de um cargo ou função tenha sido exercido,  
serão atribuídas as vantagens do maior padrão,  
desde que lhe corresponda um exercício mínimo  
de dois anos; fora dessa hipótese, atribuir-se-ão  
as vantagens do cargo ou função de remuneração  
imediatamente inferior.

§ 2º A aplicação do regime estabelecido nes-  
te artigo exclui as vantagens instituídas no art.  
184, salvo o direito de opção.

DECRETO-LEI Nº 1.838,  
DE 23 DE DEZEMBRO DE 1980

**Reajusta os vencimentos, salários e  
proventos dos servidores da Secretaria  
do Tribunal Superior Eleitoral, e dá ou-  
tras providências.**

Art. 6º A Gratificação de Atividade a que se  
refere o **caput** do art. 5º do Decreto-Lei nº 1.459,  
de 1976, passa a denominar-se Gratificação de  
Nível Superior, mantidas as características, defini-  
ção, beneficiários e base de concessão estabe-  
lecidos em lei.

DECRETO-LEI Nº 2.136,  
DE 27 DE JULHO DE 1984

**Reajusta os valores de vencimentos e proventos dos servidores da Secretaria do Tribunal Superior Eleitoral e dá outras providências.**

**O SR. PRESIDENTE** (Dirceu Carneiro) — Designo relator da mensagem lida o Deputado Francisco Amaral.

O Sr. Primeiro-Secretário procederá a leitura da Mensagem nº 49, de 1987 — CN.

É lida a seguinte

**MENSAGEM**  
**Nº 49, de 1987 — CN**  
**(Nº 070/85, na origem)**

Excelentíssimos Senhores Membros do Congresso Nacional:

Nos termos do § 1º do art. 55 da Constituição Federal, tenho a honra de submeter à elevada deliberação do Congresso Nacional acompanhado de exposição de motivos do Senhor Ministro-Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, o texto do Decreto-lei nº 2.218, de 3 de janeiro de 1985, publicado no *Diário Oficial da União* do dia subsequente, que "reajusta os vencimentos e proventos dos servidores das Secretarias dos Tribunais Regionais Eleitorais e dá outras providências".

Brasília, 23 de janeiro de 1985. — **João Figueiredo**.

Ofício nº 2/85

Brasília, 2 de janeiro de 1985.

A Sua Excelência o Senhor  
General-de-Exército João Baptista de  
Oliveira Figueiredo  
Digníssimo Presidente da República

Senhor Presidente da República,

Tenho a honra de submeter a Vossa Excelência o anexo projeto de decreto-lei que reajusta os vencimentos e proventos dos funcionários das Secretarias dos Tribunais Regionais Eleitorais, para o efeito de, se assim deliberar Vossa Excelência, ser expedido o respectivo ato legislativo, nos termos do artigo 55, inciso III, "in fine", da Constituição Federal.

O mencionado projeto observa as mesmas bases do reajustamento concedido aos funcionários do Poder Executivo pelo Decreto-lei nº 2.204, de 27 de dezembro de 1984.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos de minha mais elevada consideração. — **Ministro Rafael Mayer**, Presidente do Tribunal Superior Eleitoral.

DECRETO-LEI Nº 2.218,  
DE 3 DE JANEIRO DE 1985

**Reajusta os vencimentos e proventos dos servidores das Secretarias dos Tribunais Regionais Eleitorais e dá outras providências.**

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 55, item III, da Constituição, decreta:

Art. 1º Os atuais valores dos vencimentos e proventos do pessoal ativo e inativo das Secretarias dos Tribunais Regionais Eleitorais, decorrentes da aplicação do Decreto-lei nº 2.137, de 27 de junho de 1984, são reajustados em 75% (setenta e cinco por cento).

Art. 2º Os servidores das Secretarias dos Tribunais Regionais Eleitorais, quando investidos em cargos em comissão ou funções de confiança do Grupo-DAS.100, continuarão percebendo a Gratificação de Nível Superior a que se refere o artigo 6º do Decreto-lei nº 1.837, de 23 de dezembro de 1980.

Parágrafo único. O disposto neste artigo aplica-se ao funcionário aposentado com fundamento no art. 180, da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, e alterações posteriores, desde que fizesse jus à referida gratificação na atividade.

Art. 3º Fica elevado para Cr\$ 8.300 (oito mil e trezentos cruzeiros) o valor do salário-família.

Art. 4º A despesa decorrente da execução deste decreto-lei correrá à conta das dotações do Orçamento Geral da União para o exercício de 1985.

Art. 5º Este decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, com os efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 1985, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 3 de janeiro de 1985; 164ª da Independência e 97ª da República. — **João Figueiredo**.

**LEGISLAÇÃO CITADA**

**LEI Nº 1.711,**  
**DE 28 DE OUTUBRO DE 1952**

**Dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União.**

**CAPÍTULO X**  
**Da Aposentadoria**

Art. 180. O funcionário que contar mais de 35 anos de serviço público será aposentado:

a) com as vantagens da comissão ou função gratificada em cujo exercício se achar, desde que o exercício abranja, sem interrupção, os cinco anos anteriores;

b) com idênticas vantagens, desde que o exercício do cargo em comissão ou da função gratificada tenha compreendido um período de dez anos, consecutivos ou não, mesmo que, ao aposentar-se, o funcionário já esteja fora daquele exercício.

§ 1º No caso da letra b deste artigo, quando mais de um cargo ou função tenha sido exercido, serão atribuídas as vantagens do maior padrão, desde que lhe corresponda um exercício mínimo de dois anos; fora dessa hipótese, atribuir-se-ão as vantagens do cargo ou função de remuneração imediatamente inferior.

§ 2º A aplicação do regime estabelecido neste artigo exclui as vantagens instituídas no artigo 184, salvo o direito de opção.

DECRETO-LEI Nº 1.837,  
DE 23 DE DEZEMBRO DE 1980

**Reajusta os vencimentos, salários e proventos dos servidores das Secretarias dos Tribunais Regionais Eleitorais e dá outras providências.**

Art. 6º A Gratificação de Atividade a que se refere o *caput* do art. 5º do Decreto-lei nº 1.461, de 1976, passa a denominar-se Gratificação de Nível Superior, mantidas as características, definição, beneficiários e base de concessão estabelecidos em lei.

DECRETO-LEI Nº 2.137,  
DE 27 DE JUNHO DE 1984

**Reajusta os valores de vencimentos e proventos dos servidores das Secretarias dos Tribunais Regionais Eleitorais e dá outras providências.**

**O SR. PRESIDENTE** (Dirceu Carneiro) — Designo relator da mensagem lida a Deputada Eunice Michiles.

O Sr. Primeiro-Secretário procederá à leitura da Mensagem nº 50, de 1987 — CN

É lida a seguinte

**MENSAGEM**  
**Nº 50, de 1987 — CN**  
**(Nº 71/85, na origem)**

Excelentíssimos Senhores Membros do Congresso Nacional:

Nos termos do § 1º do art. 55 da Constituição Federal, tenho a honra de submeter à elevada deliberação do Congresso Nacional, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Conselheiro-Presidente do Tribunal de Contas do Distrito Federal, o texto do Decreto-lei nº 2.219, de 3 de janeiro de 1985, publicado no *Diário Oficial da União* do dia subsequente, que reajusta os valores de vencimento e proventos dos membros do Tribunal de Contas do Distrito Federal e do respectivo Ministério Público e dá outras providências.

Brasília, 23 de janeiro de 1985. — **João Figueiredo**.

E.M.  
Nº 1/85-P

Brasília, DF, 2 de janeiro de 1985.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República:

Tenho a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência o anexo projeto de decreto-lei que aplica aos membros do Tribunal de Contas do Distrito Federal e do respectivo Ministério Público o reajustamento de vencimentos e proventos que os Decretos-Leis nºs 2.204 e 2.205, de 27 de dezembro de 1984, concederam aos membros da Magistratura Federal, do Distrito Federal e Territórios e do Tribunal de Contas da União, bem como aos servidores civis do Poder Executivo, respectivamente.

2. O projeto segue, rigorosamente, as disposições, bases percentuais e condições estabelecidas nos mencionados decretos-leis.

3. Finalmente, cumpre assinalar que a despesa decorrente do reajustamento ora pretendido correrá à conta de dotações constantes do Orçamento do Distrito Federal para o exercício de 1985, consoante prevê o projeto.

Valho-me do ensejo para renovar a Vossa Excelência meus protestos de profunda consideração e respeito. — **Fernando Tupinambá Valente**, Presidente.

**DECRETO-LEI Nº 2.219,  
DE 3 DE JANEIRO DE 1985**

**Reajusta os valores de vencimentos e proventos dos membros do Tribunal de Contas do Distrito Federal e do respectivo Ministério Público e dá outras providências.**

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o art. 55, item III, da Constituição, decreta:

Art. 1º Os valores de vencimentos e proventos dos membros do Tribunal de Contas do Distrito Federal e do respectivo Ministério Público, resultantes da aplicação dos Decretos-Leis nºs 2.149, de 3 de julho de 1984, e 2.177, de 3 de dezembro de 1984, bem assim os das pensões,

serão reajustados de acordo com os valores constantes do anexo a este decreto-lei, sobre os quais incidirão os percentuais de representação neles estabelecidos.

Art. 2º Fica elevado para Cr\$ 8.300 (oito mil e trezentos cruzeiros), o valor do salário-família.

Art. 3º A despesa decorrente deste decreto-lei correrá à conta das dotações constantes do Orçamento do Distrito Federal para o exercício de 1985.

Art. 4º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 1985, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, DF, 3 de janeiro de 1985, 164ª da Independência e 97ª da República. — **João Figueiredo.**

**ANEXO**

(Art. 1º do Decreto-Lei nº 2.219, de 3 de janeiro de 1985)

Cargos	Vencimento Mensal	Representação Mensal
	a partir de 1º-1-85	
Conselheiro	2.998.999	75%
Auditor	2.822.587	70%
Procurador-Geral	1.999.333	50%
Procurador	1.384.549	30%

**LEGISLAÇÃO CITADA**

DECRETO-LEI Nº 2.149,  
DE 3 DE JULHO DE 1984

**Reajusta os valores de vencimentos e proventos dos membros do Tribunal de Contas do Distrito Federal e do respectivo Ministério Público e dá outras providências.**

**DECRETO Nº 2.177,  
DE 3 DE DEZEMBRO DE 1984**

**Altera os valores e percentuais constantes do Anexo no Decreto-lei nº 2.149, de 3 de julho de 1984, e dá outras providências.**

**O SR. PRESIDENTE** (Dirceu Carneiro) Designo relator da mensagem lida o Deputado Sigmaringa Seixas.

O Sr. Primeiro-Secretário procederá a leitura da Mensagem nº 51, de 1987-CN.

É lida a seguinte

**MENSAGEM  
Nº 51, de 1987-CN  
(Nº 72/85, na origem)**

Excelentíssimos Senhores Membros do Congresso Nacional:

Nos termos do § 1º do art. 55 da Constituição Federal, tenho a honra de submeter à elevada deliberação do Congresso Nacional acompanhado de exposição de motivos do Senhor Ministro-Presidente do Superior Tribunal Militar, o texto do Decreto-Lei nº 2.220, de 7 de janeiro de 1985, publicado no **Diário Oficial da União** do dia subsequente, que "reajusta os vencimentos, salários e proventos dos servidores das Secretarias do Su-

perior Tribunal Militar e das Auditorias da Justiça Militar e dá outras providências".

Brasília, 23 de janeiro de 1985. — **João Figueiredo.**

MENSAGEM Nº 3/84-PRES

Brasília, 31 de dezembro de 1984.

A Sua Excelência o Senhor  
General-de-Exército João Baptista de  
Oliveira Figueiredo  
Digníssimo Presidente da República  
Federativa do Brasil  
Palácio do Planalto  
Praça dos Três Poderes  
Nesta

Excelentíssimo Senhor Presidente da República:

Tenho a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência o anexo projeto de decreto-lei que reajusta os vencimentos, salários e proventos dos servidores das Secretarias do Superior Tribunal Militar e das Auditorias da Justiça Militar, para o efeito de que, se assim for deliberado por Vossa Excelência, seja expedido o respectivo ato legislativo, nos termos do art. 55, item III, da Constituição Federal.

O referido projeto de decreto-lei, em respeito às disposições dos arts. 98 e 108, § 1º, da Constituição, observa as mesmas bases do reajustamento concedido aos servidores do Poder Executivo federal pelo Decreto-Lei nº 2.204, de 27 de dezembro de 1984.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência os protestos da mais alta estima e distinta consideração. — Alte. Esq. **Júlio de Sá Bierrenbach**, Ministro-Presidente.

**DECRETO-LEI Nº 2.220,  
DE 7 DE JANEIRO DE 1985**

**Reajusta os vencimentos, salários e proventos dos servidores das Secretarias do Superior Tribunal Militar e das Auditorias da Justiça Militar e dá outras providências.**

O Presidente da República no uso da atribuição que lhe confere o art. 55, item III, da Constituição, decreta:

Art. 1º Os atuais valores de vencimentos, salários e proventos do pessoal ativo e inativo, das Secretarias do Superior Tribunal Militar e das Auditorias da Justiça Militar, decorrente da aplicação do Decreto-Lei nº 2.147, de 2 de julho de 1984, serão reajustados em 75% (setenta e cinco por cento), observado o art. 3º do Decreto-Lei nº 2.204, de 27 de dezembro de 1984.

Art. 2º Fica elevado para Cr\$ 8.300,00 (oito mil e trezentos cruzeiros) o valor do salário-família.

Art. 3º A despesa decorrente da execução deste decreto-lei correrá à conta das dotações do Orçamento Geral da União para o exercício de 1985.

Art. 4º Este decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, com os efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 1985, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 7 de janeiro de 1985; 164ª da Independência e 97ª da República — **João Figueiredo.**

**LEGISLAÇÃO CITADA**

DECRETO-LEI Nº 2.147,  
DE 2 DE JULHO DE 1984

**Reajusta os vencimentos, salários e proventos dos servidores das Secretarias do Superior Tribunal Militar e das Auditorias da Justiça Militar e dá outras providências.**

**DECRETO-LEI Nº 2.204,  
DE 27 DE DEZEMBRO DE 1984**

**Reajusta os atuais valores de vencimentos, salários e proventos dos servidores civis do Poder Executivo, bem como os das pensões, e dá outras providências.**

Art. 3º O servidor da Administração Federal direta e das autarquias federais, quando investido em cargo em comissão ou função de confiança do Grupo-DAS-100 ou em cargo de natureza especial, continuará percebendo a Gratificação de Nível Superior a que se refere o art. 7º do Decreto-Lei nº 1.820, de 11 de dezembro de 1980.

**O SR. PRESIDENTE** (Dirceu Carneiro) — Designo relator da mensagem lida, o Deputado Jorge Uequed.

O Sr. Primeiro-Secretário procederá à leitura da Mensagem nº 52, de 1987-CN.

É lida a seguinte

**MENSAGEM**  
**Nº 52, de 1987 — CN**  
**(Nº 73/85, na origem)**

Excelentíssimos Senhores Membros do Congresso Nacional:

Nos termos do § 1º do art. 55 da Constituição Federal, tenho a honra de submeter à elevada deliberação do Congresso Nacional, acompanhado de exposição de motivos do Senhor Desembargador-Presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, o texto do Decreto-Lei nº 2.221, de 7 de janeiro de 1985, publicado no **Diário Oficial da União** do dia subsequente, que "reajusta os valores de vencimentos, salários e proventos dos servidores da Secretaria do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Ofícios Judiciais da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios".

Brasília, 23 de janeiro de 1985. — **João Figueiredo**.

OFÍCIO GP/Nº 2/85

Em 2 de janeiro de 1985.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República:

O presente projeto visa o reajustamento dos vencimentos, salários e proventos dos servidores ativos e inativos dos Quadros de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça e dos Ofícios Judiciais do 1º grau de jurisdição do Distrito Federal e dos Territórios, a partir de 1º de janeiro do fluente ano.

2. Tal medida objetiva estender aos servidores da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios os benefícios concedidos pelo Decreto-Lei nº 2.204, de 27 de dezembro de 1984, que reajustou os vencimentos dos servidores civis do Poder Executivo.

3. No projeto, ora apresentado, foram obedecidos os critérios estabelecidos no supramencionado decreto-lei.

4. Isto, posto, tenho a honra de submeter à elevada consideração de V. Exª projeto de decreto-lei que consubstancia a medida em apreço.

Colho o ensejo para apresentar a V. Exª meus protestos de profundo respeito e singular admiração. — Desembargador **Antônio Honório Pires de Oliveira Júnior**, Presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.

DECRETO-LEI Nº 2.221,  
DE 7 DE JANEIRO DE 1985

**Reajusta os valores de vencimentos, salários e proventos dos servidores da Secretaria do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Ofícios Judiciais da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.**

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 55, item III, da Constituição,

DECRETA:

Art. 1º Os atuais valores de vencimentos, salários, gratificações e proventos do pessoal ativo e inativo da Secretaria do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Ofícios Judiciais da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, decorrentes da aplicação do Decreto-Lei nº 2.146, de 2 de julho de 1984, são reajustados em 75% (setenta e cinco por cento).

Art. 2º Fica elevado para Cr\$ 8.300 (oito mil e trezentos cruzeiros) o valor do salário-família.

Art. 3º A despesa decorrente da execução deste decreto-lei correrá à conta das dotações do Orçamento Geral da União para o exercício de 1985.

Art. 4º Este decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 1985, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 7 de janeiro de 1985; 164ª da Independência e 97ª da República. — **João Figueiredo**.

**LEGISLAÇÃO CITADA**

DECRETO-LEI Nº 2.146,  
DE 2 DE JULHO DE 1984

**Reajusta os valores de vencimentos, salários e proventos dos servidores da Secretaria do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Ofícios Judiciais da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.**

**O SR. PRESIDENTE** (Dirceu Carneiro) — Designo relator da mensagem lida o Senador Meira Filho.

O Sr. Primeiro-Secretário procederá à leitura da Mensagem nº 53, de 1987-CN.

É lida a seguinte

**MENSAGEM**  
**Nº 53, de 1987-CN**  
**(Nº 74/85, na origem)**

Excelentíssimos Senhores Membros do Congresso Nacional:

Nos termos do § 1º do artigo 55 da Constituição Federal, tenho a honra de submeter à elevada deliberação do Congresso Nacional, acompanhado de exposição de motivos do Senhor Ministro-Presidente do Tribunal Federal de Recursos, o texto do Decreto-Lei nº 2.222, de 7 de janeiro de 1985, publicado no **Diário Oficial da União** do dia subsequente, que "reajusta os vencimentos, salários e proventos dos servidores das Secretarias do Tribunal Federal de Recursos e do Conselho da Justiça Federal e dá outras providências".

Brasília, 23 de janeiro de 1985. — **João Figueiredo**.

OFÍCIO Nº 444/GP

Em 31 de dezembro de 1984.

A Sua Excelência o Senhor  
General-de-Exército João Baptista de  
Oliveira Figueiredo  
Digníssimo Presidente da República

Excelentíssimo Senhor Presidente da República:

Tenho a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência o incluso projeto de decreto-lei, que dispõe sobre o reajustamento de vencimentos e proventos dos servidores do Quadro Permanente das Secretarias do Tribunal Federal de Recursos e Conselho da Justiça Federal, a fim de, se assim deliberar Vossa Excelência, ser expedido o competente ato legislativo, nos termos do art. 55, item III, *in fine*, da Constituição Federal.

Assinalo que a medida ora proposta guarda consonância com os percentuais, limites e condições previstas no Decreto-Lei nº 2.204, de 28 de dezembro de 1984, desunado aos servidores do Poder Executivo.

Aproveito a oportunidade para realinhar a Vossa Excelência os protestos de meu mais alto apreço e elevada consideração. — Ministro **Lauro Franco Leitão**, Vice-Presidente, no exercício da Presidência.

DECRETO-LEI Nº 2.222,  
DE 7 DE JANEIRO DE 1985

**Reajusta os vencimentos, salários e proventos dos servidores das Secretarias do Tribunal Federal de Recursos e do Conselho da Justiça Federal e dá outras providências.**

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o art. 55, item III, da Constituição, decreta:

Art. 1º Os atuais valores de vencimentos, salários e proventos do pessoal ativo e inativo das Secretarias do Tribunal Federal de Recursos e do Conselho da Justiça Federal, resultantes da aplicação do Decreto-Lei nº 2.141, de 28 de junho de 1984, são reajustados em 75% (setenta e cinco por cento).

Art. 2º O servidor quando investido em cargo em comissão ou função de confiança do Grupo-DAS 100 continuará percebendo a Gratificação de Nível Superior a que se refere o art. 5º do Decreto-Lei nº 1.832, de 22 de dezembro de 1980.

Parágrafo único. O disposto neste artigo aplica-se ao funcionário aposentado com fundamento no art. 180 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, e alterações posteriores, desde que fizesse jus à referida gratificação na atividade.

Art. 3º Fica elevado para Cr\$ 8.300,00 (oito mil e trezentos cruzeiros) o valor do salário-família.

Art. 4º A despesa decorrente da aplicação deste decreto-lei correrá à conta das dotações do Orçamento Geral da União para o exercício de 1985.

Art. 5º Este decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 1985, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 7 de janeiro de 1985; 164ª da Independência e 97ª da República. — **João Figueiredo**.

**LEGISLAÇÃO CITADA**

LEI Nº 1.711,  
DE 28 DE OUTUBRO DE 1952

**Dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União.**

**CAPÍTULO X**  
**Da Aposentadoria**

**MENSAGEM**  
**Nº 54, de 1987-CN**  
**(Nº 75/85, na origem)**

Art. 180. O funcionário que contar mais de 35 anos de serviço público será aposentado:

a) com as vantagens da comissão ou função gratificada em cujo exercício se achar, desde que o exercício abranja, sem interrupção, os cinco anos anteriores;

b) com idênticas vantagens, desde que o exercício do cargo em comissão ou da função gratificada tenha compreendido um período de dez anos, consecutivos ou não, mesmo que, ao aposentar-se, o funcionário já esteja fora daquele exercício.

§ 1º No caso da letra b deste artigo, quando mais de um cargo ou função tenha sido exercido, serão atribuídas as vantagens do maior padrão, desde que lhe corresponda um exercício mínimo de dois anos; fora dessa hipótese, atribuir-se-ão as vantagens do cargo ou função de remuneração imediatamente inferior.

§ 2º A aplicação do regime estabelecido neste artigo exclui as vantagens instituídas no art. 184, salvo o direito de opção.

**DECRETO-LEI Nº 1.832,**  
**DE 22 DE DEZEMBRO DE 1980**

**Reajusta os vencimentos, salários e proventos dos servidores das Secretarias do Tribunal Federal de Recursos e do Conselho da Justiça Federal e dá outras providências.**

Art. 5º A Gratificação de Atividade, instituída pelo art. 10 do Decreto-Lei nº 1.445, de 13 de fevereiro de 1976, e aplicada às Categorias Funcionais do Quadro de Pessoal das Secretarias de que trata este decreto-lei, por força dos arts 5º e 8º do Decreto-Lei nº 1.458, de 19 de abril de 1970, passa a denominar-se Gratificação de Nível Superior, mantidas as características, definição, beneficiários e base de concessão estabelecidos em lei.

**DECRETO-LEI Nº 2.141,**  
**DE 28 DE JUNHO DE 1984**

**Reajusta os vencimentos, salários e proventos dos servidores das Secretarias do Tribunal Federal de Recursos e do Conselho da Justiça Federal e dá outras providências.**

**O SR. PRESIDENTE** (Dirceu Carneiro) — Designo relator da Mensagem lida o Senador Wilson Martins.

O Sr. Primeiro-Secretário procederá à leitura da Mensagem nº 54, de 1987-CN.

É lida a seguinte

Excelentíssimos Senhores Membros do Congresso Nacional:

Nos termos do § 1º do art. 55 da Constituição Federal, tenho a honra de submeter à elevada deliberação do Congresso Nacional, acompanhada de exposição de motivos do Senhor Ministro-Presidente do Conselho da Justiça Federal, o texto do Decreto-Lei nº 2.223, de 7 de janeiro de 1985, publicado no **Diário Oficial da União** do dia subsequente, que "reajusta os vencimentos e proventos dos funcionários do Quadro das Secretarias das Seções Judiciárias da Justiça Federal de Primeira Instância, bem como os das pensões e dá outras providências".

Brasília, 23 de janeiro de 1985. — **João Figueiredo**

Of. nº 716/CJF

Brasília, 31 de dezembro de 1984.

A Sua Excelência o Senhor  
General-de-Exército João Baptista de  
Oliveira Figueiredo

Digníssimo Presidente da República

Excelentíssimo Senhor Presidente da República:

Tenho a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência o anexo projeto de decreto-lei que dispõe sobre o reajustamento de vencimentos e proventos dos funcionários do Quadro das Secretarias das Seções Judiciárias da Justiça Federal de Primeira Instância a fim de, se assim for deliberado por Vossa Excelência, ser expedido o competente ato legislativo, nos termos do art. 55, item III, da Constituição Federal.

O mencionado projeto guarda conformidade com o Decreto-Lei nº 2.204, de 27 de dezembro do corrente ano, destinado aos servidores do Poder Executivo.

Valho-me do ensejo para reafirmar-lhe alta consideração e o mais elevado apreço. — **Ministro Lauro Franco Leitão**, Vice-Presidente no exercício da Presidência.

**DECRETO-LEI Nº 2.223,**  
**DE 7 DE JANEIRO DE 1985**

**Reajusta os vencimentos e proventos dos funcionários do Quadro das Secretarias das Seções Judiciárias da Justiça Federal de Primeira Instância, bem como os das pensões e dá outras providências.**

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o art. 55, item III, da Constituição, decreta:

Art. 1º Os atuais valores de vencimentos e proventos do pessoal ativo e inativo do Quadro das Secretarias das Seções Judiciárias da Justiça Federal de Primeira Instância, decorrentes da aplicação do Decreto-Lei nº 2.142, de 28 de junho de 1984, ficam reajustados em 75% (setenta e cinco por cento).

Art. 2º O funcionário quando investido em cargo de comissão ou função de confiança do Grupo-DAS-100, continuará percebendo a Gratificação de Nível Superior a que se refere o artigo 6º do Decreto-Lei nº 1.840, de 23 de dezembro de 1980.

Parágrafo único. O disposto neste artigo aplica-se ao funcionário aposentado com fundamento no artigo 180 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, e alterações posteriores, desde que fizesse jus à referida gratificação na atividade.

Art. 3º Fica elevado para Cr\$ 8.300 (oito mil e trezentos cruzeiros) o valor do salário-família.

Art. 4º A despesa decorrente da aplicação deste decreto-lei correrá à conta das dotações constantes do Orçamento Geral da União para o exercício de 1985.

Art. 5º Este decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, com os efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 1985, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 7 de janeiro de 1985; 164ª da Independência e 97ª da República. — **João Figueiredo**.

**LEGISLAÇÃO CITADA**

**LEI Nº 1.711,**  
**DE 28 DE OUTUBRO DE 1952**

**Dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União.**

**CAPÍTULO X**  
**Da Aposentadoria**

Art. 180. O funcionário que contar mais de 35 anos de serviço público será aposentado:

a) com as vantagens da comissão ou função gratificada em cujo exercício se achar, desde que o exercício abranja, sem interrupção, os cinco anos anteriores;

b) com idênticas vantagens, desde que o exercício do cargo em comissão ou da função gratificada tenha compreendido um período de dez anos, consecutivos ou não, mesmo que, ao aposentar-se, o funcionário já esteja fora daquele exercício.

§ 1º No caso da letra b deste artigo, quando mais de um cargo ou função tenha sido exercido, serão atribuídas as vantagens do maior padrão, desde que lhe corresponda um exercício mínimo de dois anos; fora dessa hipótese, atribuir-se-ão as vantagens do cargo ou função de remuneração imediatamente inferior.

§ 2º A aplicação do regime estabelecido neste artigo exclui as vantagens instituídas no artigo 184, salvo o direito de opção.

**DECRETO-LEI Nº 1.840,**  
**DE 23 DE DEZEMBRO DE 1980**

**Reajusta os vencimentos, salários e proventos dos servidores das Secretarias da Justiça Federal de Primeira Instância, e dá outras providências.**

Art. 6º A Gratificação de Atividade a que se refere o caput do art. 5º do Decreto-Lei nº 1.408, de 1976, passa a denominar-se Gratificação de Nível Superior, mantidas as características, definição, beneficiários e base de concessão estabelecidos em lei.

DECRETO-LEI Nº 2.142,  
DE 28 DE JUNHO DE 1984

**Reajusta os vencimentos e proventos dos funcionários do Quadro Permanente das Secretarias das Seções Judiciárias da Justiça Federal de Primeira Instância e dá outras providências.**

**O SR. PRESIDENTE** (Dirceu Carneiro) — Designo relator da mensagem lida o Senador Nabor Júnior.

O Sr. Primeiro-Secretário procederá à leitura da Mensagem nº 55, de 1987-CN.

É lida a seguinte

**MENSAGEM**  
**Nº 55, de 1987-CN**

(Nº 76/85, na origem)

Excelentíssimos Senhores Membros do Congresso Nacional:

Nos termos do parágrafo 1º do artigo 55 da Constituição Federal, tenho a honra de submeter à elevada deliberação do Congresso Nacional, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Governador do Distrito Federal, o texto do Decreto-Lei nº 2.224, de 9 de janeiro de 1985, publicado no **Diário Oficial da União** do dia subsequente, que "inclui a Gratificação de Atividades de Apoio no Anexo II do Decreto-Lei nº 1.360, de 22 de novembro de 1974, e dá outras providências".

Brasília, 23 de janeiro de 1985. — **João Figueiredo**.

E.M. Nº 1/85-GAG

Brasília, 3 de janeiro de 1985

Excelentíssimo Senhor Presidente da República

Tenho a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência o anexo projeto de decreto-lei, que inclui a Gratificação pelo Desempenho de Atividades de Apoio no Anexo II do Decreto-Lei nº 1.360, de 22 de novembro de 1974.

A proposta ora apresentada a Vossa Excelência foi elaborada tomando por paradigma o texto do Decreto-Lei nº 2.211, de 31 de dezembro de 1984, que trata da mesma matéria na área federal.

Valho-me da oportunidade para apresentar a Vossa Excelência protestos de elevado respeito. — **José Ornellas de Souza Filho**, Governador.

DECRETO-LEI Nº 2.224,  
DE 9 DE JANEIRO DE 1985

**Inclui a Gratificação de Atividades de Apoio no Anexo II do Decreto-Lei nº 1.360, de 22 de novembro de 1974, e dá outras providências.**

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 55, item III, da Constituição,

DECRETA:

Art. 1º Fica incluída no Anexo II do Decreto-Lei nº 1.360, de 22 de novembro de 1974, a Gratificação pelo Desempenho de Atividades de Apoio, com os beneficiários e base de concessão definidos no Anexo deste Decreto-Lei.

Art. 2º A gratificação de que trata o artigo anterior, sobre a qual incidirá a contribuição

previdenciária, não será considerada como base de cálculo de qualquer vantagem.

Art. 3º A gratificação instituída por este decreto-lei incorpora-se aos proventos do funcionário que a tenha percebido na data da aposentadoria.

Parágrafo único. O disposto neste artigo se aplica aos funcionários aposentados desde que, na atividade fizessem jus à gratificação.

Art. 4º A despesa decorrente da execução deste decreto-lei correrá à conta do Orçamento do Distrito Federal.

Art. 5º Este decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 1985, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 9 de janeiro de 1985; 164º de Independência e 97º da República. — **José Figueiredo**.

**A N E X O**

(Art. 1º do Decreto-Lei nº 2.224, de 09 de janeiro de 1985)

**"A N E X O II"**

(Art. 6º, item III, do Decreto-Lei nº 1.360, de 22 de novembro de 1974)

DENOMINAÇÃO DAS GRATIFICAÇÕES E INDENIZAÇÕES	DEFINIÇÃO	BASES DE CONCESSÃO E VALORES
XIX - GRATIFICAÇÃO PELO DESEMPENHO DE ATIVIDADES DE APOIO.	Vantagem devida aos servidores ocupantes de cargos ou empregos de quadros ou tabelas dos órgãos da Administração Direta do Distrito Federal e de suas autarquias, a que correspondam referências de nível médio, inacumulável com qualquer outra gratificação, salvo as indicadas nos números I a V e IX, do Anexo II do Decreto-Lei nº 1.360, de 1974, e a Gratificação por Encargo de Direção ou Assistência Intermediária.	20% (vinte por cento) incidentes sobre o vencimento ou salário, percebido em razão do cargo ou emprego.

[*Legislação*]

DECRETO-LEI Nº 1.360, de 22 de novembro de 1974  
Dispõe sobre a implantação gradualizada do Plano de Classificação de Cargos de que trata a Lei nº 5.920, de 18 de setembro de 1973, e dá outras providências.

Art. 4º A partir da vigência do ato de inclusão dos cargos no Plano de Classificação a que se refere este Decreto-Lei, cessará o pagamento de qualquer retribuição que estiverem sendo percebida pelos respectivos ocupantes, a qualquer título e sob qualquer forma, como previsto nas leis específicas de retribuição de cada Grupo, ressalvados:

III) as demais gratificações e as indenizações especificadas no Anexo II deste Decreto-Lei observadas as definições e bases de concessão constantes do mesmo Anexo.



ANEXO I I

[Artigo 69, item III, do Decreto-Lei nº 2.225, de 10 de janeiro de 1985]

INDICAÇÃO DAS GRATIFICAÇÕES E INDENIZAÇÕES	DEFINIÇÃO	BASE DE CÁLCULO E VALORES
GRATIFICAÇÃO ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO	Vantagem atribuída por quinquênio de efetivo exercício.	5% (cinco por cento) do valor do vencimento do cargo efetivo, percebido pelo funcionário, até 7 (sete) quinquênios.
GRATIFICAÇÃO PELA REPRESENTAÇÃO DE GABINETE	Indenização devida ao servidor pelos gastos decorrentes de representação social pelo exercício nos Gabinetes do Governador, Secretários de Estado e Procurador Geral.	Fixada em Regulamento.
GRATIFICAÇÃO PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO EXTRAORDINÁRIO	Vantagem destinada a retribuir o exercício além do número de horas de trabalho estabelecido para a Categoria Funcional, a que pertence o cargo ocupado pelo funcionário.	Fixada em Regulamento.
GRATIFICAÇÃO PELA PARTICIPAÇÃO EM ÓRGÃO DE DELIBERAÇÃO COLETIVA	Retribuição pelo comparecimento às sessões de órgãos colegiados, classificados na forma da Lei nº 5.702, de 4 de outubro de 1971.	Fixada em Regulamento.
GRATIFICAÇÃO POR TRABALHO COM RAIOS X OU SUBSTÂNCIAS RADIOATIVAS	Indenização devida ao servidor pelo trabalho com Raios X ou substâncias radioativas.	20% (vinte por cento) calculado sobre o valor do vencimento percebido pelo funcionário, na forma prevista na Lei nº 5.921, de 19 de setembro de 1973.

**OSR. PRESIDENTE** (Dirceu Carneiro) — Designo relator da mensagem lida o Senador Pompeu de Sousa.

O Sr. Primeiro-Secretário procederá à leitura da Mensagem nº 56, de 1987-CN.

É lida a seguinte

**MENSAGEM**

**Nº 56, de 1987-CN.**

(Nº 77/85, na origem)

Excelentíssimos Senhores Membros do Congresso Nacional:

Nos termos do § 1º do art. 55 da Constituição Federal, tenho a honra de submeter à elevada deliberação do Congresso Nacional, acompanhado de Exposição de Motivos dos Senhores Ministros de Estado da Fazenda e Chefe da Secretaria

de Planejamento da Presidência da República, o texto do Decreto-Lei nº 2.225, de 10 de janeiro de 1985, publicado no **Diário Oficial da União** do dia subsequente, que "cria a Carreira Auditoria do Tesouro Nacional e seus cargos, fixa os valores de seus vencimentos e dá outras providências".  
Brasília, 23 de janeiro de 1985. — **João Figueiredo**.

E.M. Nº 002

Em 9-1-85

Excelentíssimo Senhor Presidente da República  
Tenho a honra de apresentar a Vossa Excelência a anexa proposta de Decreto-Lei criando a Carreira Auditoria do Tesouro Nacional, cujos cargos serão de lotação privativa da Secretaria da Receita Federal.

2. O Decreto-Lei ora sugerido estabelece, no artigo 1º, que a mencionada carreira será composta pelos quantitativos de cargos fixados no seu Anexo I, divididos em classes, e estas, em

padrões, tanto para o nível superior como para o nível médio.

3. O artigo 2º, no seu **caput**, aprova o Anexo II, relativo à transposição dos atuais Fiscais de Tributos Federais, Controladores da Arrecadação Federal e Técnicos de Atividades Tributárias para a nova Carreira; seu parágrafo único extingue aquelas categorias funcionais.

4. Nos artigos 3º e 4º são fixadas as regras para ingresso na Carreira Auditoria do Tesouro Nacional, salientando-se que o último destes dois artigos abre a possibilidade de ocupante de categoria de nível médio poder atingir a de nível superior, desde que preencha as condições de escolaridade exigidas e tenha sido aprovado em concurso interno, similar aos concursos públicos, permitindo-se, deste modo, que, ao ingressar na carreira, o servidor tenha, efetivamente, aspirações de galgar postos mais altos na hierarquia, através de seu aperfeiçoamento funcional e intelectual.

5. O art. 5º fixa as regras de pagamento dos vencimentos dos integrantes da carreira, enquanto o art. 6º reconhece o direito de os Fiscais e Controladores levarem para a nova categoria funcional, para a qual serão transpostos, as gratificações e indenizações a que fazem jus. Esclarecemos que não está se propondo nova gratificação sob qualquer título. Por fim, são fixadas normas sobre a revisão de proventos de aposentadoria dos servidores em cause, art. 7º, bem como o aproveitamento dos concursos em andamento, art. 8º.

6. Por oportuno, ressaltamos que, atualmente, a Secretaria da Receita Federal conta com a lotação prevista de 11.402 cargos de nível superior (7.783 fiscais e 3.649 controladores) e 12.000 de nível médio. Aqueles cargos de nível superior serão reduzidos para somente 8.000, enquanto os de nível médio serão aumentados para 18.000. Evoluirá, assim, a relação entre o contingente de apoio técnico e o de atuação específica, o que trará benefícios àquele Órgão, em virtude da liberação de mão-de-obra altamente especializada, agora alocada em repartições de menor expressão, e, em consequência, ganhar-se-á maior disponibilidade para atividades-fins da Receita Federal, uma vez que os funcionários de nível médio ocuparão as unidades administrativas de menor porte e as atividades de controle processual e cadastral de contribuintes.

7. Além do mais, o segmento de nível médio só deverá ser preenchido a longo prazo — haja vista que a lotação fixada, em 1974, para fiscais e controladores, até hoje não foi totalmente preenchida, mesmo após a realização de vários concursos. Há, com efeito, hoje, apenas 4.920 fiscais e 1.859 controladores em exercício.

8. Propomos que as medidas em tela entrem em vigor no início do exercício de 1985, visando a substancial melhoria no desempenho das atribuições da Secretaria da Receita Federal. Configura-se, pois, a expedição de Decreto-Lei, com fundamento no item III do artigo 55 da Constituição.

Aproveitamos a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos do nosso mais profundo respeito. — **Ernane Galvão**, Ministro da Fazenda. — **Antonio Delfim Netto**, Ministro-Chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República.

DECRETO-LEI Nº 2.225,  
DE 10 DE JANEIRO DE 1985

**Cria a Carreira Auditoria do Tesouro Nacional e seus cargos, fixa os valores de seus vencimentos e dá outras providências.**

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 55, item III, da Constituição,

**DECRETA**

Art. 1º Fica criada, no Quadro Permanente do Ministério da Fazenda, a Carreira Auditoria do Tesouro Nacional, composta dos cargos de Auditor-Fiscal do Tesouro Nacional e Técnico do Tesouro Nacional, conforme Anexo I deste Decreto-Lei, e com lotação privativa na Secretaria da Receita Federal.

Art. 2º Os ocupantes dos cargos de atuais categorias funcionais de Fiscal de Tributos Federais, TAF-601, de Controlador da Arrecadação Federal, TAF-602, e de Técnico de Atividades Tributárias, TAF-606, serão transpostos, na forma do Anexo II, para a Carreira a que se refere o art. 1º deste Decreto-Lei, conforme disposições a serem estabelecidas pelo Poder Executivo.

Parágrafo único. Atendido o disposto neste artigo, serão considerados extintos os cargos das categorias funcionais designadas pelos códigos TAF-601, TAF-602 e TAF-606.

Art. 3º O ingresso na Carreira Auditoria do Tesouro Nacional far-se-á sempre no Padrão I da 3ª Classe de Auditor-Fiscal do Tesouro Nacional ou de Técnico do Tesouro Nacional, respectivamente de níveis superior e médio, mediante concurso público, observado o disposto nos parágrafos abaixo e nos artigos 2º e 4º deste Decreto-Lei.

§ 1º Não haverá transferência nem ascensão funcional para a Carreira Auditoria do Tesouro Nacional.

§ 2º O disposto no parágrafo anterior não se aplica a servidor ocupante de cargo ou emprego do quadro ou da tabela permanente do Ministério da Fazenda, na data de publicação deste Decreto-Lei.

§ 3º Ocorrendo transferência de servidor a que se refere o § 2º deste artigo, será considerado extinto o cargo ou emprego anteriormente por ele ocupado.

§ 4º O processo seletivo de ascensão funcional na hipótese ressalvada no § 2º deste artigo, realizar-se-á, sempre, simultaneamente com o concurso público para o respectivo nível da Carreira, abrangendo idênticas disciplinas, programas e provas.

Art. 4º O ocupante de cargo de Técnico do Tesouro Nacional poderá ter acesso a cargo de Auditor-Fiscal do Tesouro Nacional, após alcançar o último padrão da 1ª classe e se preencher as condições exigidas para ingresso neste último cargo, obedecida regulamentação específica, podendo atingir até o Padrão VI da 2ª Classe de nível superior.

Parágrafo único. A regulamentação de que trata este artigo fixará as regras do processo seletivo, compreendendo entre outras disposições, a obrigatoriedade de prova escrita e eliminatória abrangendo disciplinas e programas idênticos aos exigidos nos concursos públicos para Auditor-Fiscal do Tesouro Nacional.

Art. 5º O valor do vencimento de Auditor-Fiscal do Tesouro Nacional de 3ª Classe, Padrão I, que corresponderá a 30% (trinta por cento) da retribuição do cargo em comissão de Secretário da Receita Federal, servirá como base para fixação do valor do vencimento dos demais integrantes da Carreira Auditoria do Tesouro Nacional, observados os índices estabelecidos na Tabela de Escalonamento Vertical, Anexo III deste Decreto-Lei.

Parágrafo único. Nenhuma redução do vencimento poderá resultar da aplicação do disposto neste artigo, devendo, quando for o caso, ser assegurada ao funcionário a diferença, como vantagem pessoal nominalmente identificável, a ser absorvida no primeiro reajuste subsequente.

Art. 6º Ficam asseguradas a todos os ocupantes dos cargos da Carreira Auditoria do Tesouro Nacional as gratificações, indenizações e vantagens atualmente concedidas a Fiscais de Tributos Federais, aplicando-se as mesmas bases de cálculo e percentuais ou valores para o respectivo nível a que pertença o funcionário.

Art. 7º Os funcionários aposentados na vigência das Leis nº 284/36 e 3.780/60, ou de acordo com o disposto na Lei nº 6.683/79, cujos cargos tenham sido transformados ou dado origem,

em qualquer época, aos dos integrantes das categorias funcionais de Código TAF-601 e TAF-602, nos termos da Lei nº 5.645/70, bem como os aposentados, nas categorias funcionais acima referidas, na vigência desta última lei, ou na de Técnico de Atividades Tributárias, Código TAF-606, terão seus proventos revistos para inclusão dos direitos e vantagens ora concedidos aos servidores em atividade, inclusive quanto a posicionamento e denominação, a partir de publicação deste Decreto-Lei.

Art. 8º Os concursos em andamento, na data da publicação deste Decreto-Lei, para ingresso nas categorias funcionais do Grupo TAF-600 privativas da Secretaria da Receita Federal, serão válidos para atendimento ao disposto no art. 3º deste diploma legal.

Art. 9º Os efeitos financeiros deste Decreto-Lei vigorarão a partir de 1º de janeiro de 1985.

Art. 10. O Poder Executivo baixará os atos necessários à regulamentação deste Decreto-Lei, que entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 10 de janeiro de 1985; 164ª da Independência e 97ª da República. — **Delfim Netto** — **Ermene Galveas**.

**ANEXO I**

(Art. 1º do Decreto-Lei nº 2.225, de 10 de janeiro de 1985)

CARREIRA AUDITORIA DO TESOIRO NACIONAL			
DENOMINAÇÃO	CLASSE	PADRÃO	QUANTIDADE
AUDITOR-FISCAL DO TESOIRO NACIONAL (Nível Superior)	Especial	I a III	1.200
	1ª	I a VI	2.800
	2ª	I a VI	2.800
	3ª	I a IV	1.200
TÉCNICO DO TESOIRO NACIONAL (Nível Médio)	Especial	I a III	2.700
	1ª	I a IV	6.300
	2ª	I a IV	6.300
	3ª	I a III	2.700

**ANEXO II**

(Art. 2º do Decreto-Lei nº 2.225, de 10 de janeiro de 1985)

SITUAÇÃO ANTERIOR (GRUPO TAF-600)		SITUAÇÃO NOVA (CARREIRA AUDITORIA DO TESOIRO NACIONAL)		
CATEGORIA FUNCIONAL	REFERÊNCIA	PADRÃO	CLASSE	DENOMINAÇÃO
FISCAL DE TRIBUTOS FEDERAIS (TAF-601)	25	VI	1ª	
	24	V		
	23	IV		
	22	III		
	21	II		

CONTROADOR DA ARRECAÇÃO FEDERAL (TAF-602)	20	I	2ª	AUDITOR-FISCAL DO TESOIRO NACIONAL (Nível Superior)
	19	VI		
	18	V		
	17	IV		
	16	III		
	15	II		
	14	I		
	13	IV	3ª	
	12	III		
	11	II		
	8,9,10	I		
TÉCNICO DE ATIVIDADES TRIBUTÁRIAS (TAF-606)	32	IV	1ª	TÉCNICO DO TESOIRO NACIONAL (Nível Médio)
	31	III		
	30	II		
	29	I		
	28	IV		
	27	III	2ª	
	26	II		
	25	I		
	24	III		
	23	II	3ª	
	21,22	I		

## ANEXO III

(Art. 59 do Decreto-lei nº 2.225, de 10 de janeiro de 1985)

## TABELA DE ESCALONAMENTO VERTICAL

CATEGORIA	CLASSE	PADRÃO	ÍNDICE
Auditor-Fiscal do Tesouro Nacional	Especial	III	220
		II	215
		I	210
	1ª	VI	195
		V	190
		IV	185
		III	180
		II	175
		I	170
	2ª	VI	155
		V	150
		IV	145
		III	140
		II	135
Técnico do Tesouro Nacional	Especial	I	130
		IV	115
		III	110
	1ª	II	105
		I	100
		III	110
	2ª	II	105
		I	100
		IV	90
	3ª	III	85
		II	80
		I	75

## LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 284,  
DE 28 DE OUTUBRO DE 1930

Reajusta os quadros e os vencimentos do funcionalismo público civil da União e estabelece diversas providências.

LEI Nº 3.780,  
DE 12 DE JULHO DE 1950

Dispõe sobre a Classificação de Cargos do Serviço Civil do Poder Executivo, estabelece os vencimentos correspondentes e dá outras providências.

LEI Nº 5.845,  
DE 10 DE DEZEMBRO DE 1970**Estabelece diretrizes para a classificação de cargos do serviço civil da União e das autarquias federais, e dá outras providências.**O Presidente da República  
Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei.

Art. 1º A classificação de cargos do serviço civil da União e das autarquias federais obedecerá às diretrizes estabelecidas na presente lei.

Art. 2º Os cargos serão classificados como de provimento em comissão e de provimento efetivo, enquadrando-se, basicamente, nos seguintes grupos:

De Provimento em Comissão

I — Direção e Assessoramento Superiores.

De Provimento Efetivo:

II — Pesquisa Científica e Tecnológica;

III — Diplomacia;

IV — Magistério;

V — Polícia Federal;

VI — Tributação, Arrecadação e Fiscalização;

VII — Artesanato;

VIII — Serviços Auxiliares;

IX — Outras atividades de nível superior;

X — Outras atividades de nível médio.

Art. 3º Segundo a correlação e afinidade, a natureza dos trabalhos ou o nível de conhecimentos aplicados, cada grupo, abrangendo várias atividades, compreenderá:

I — Direção e Assessoramento Superiores: os cargos de direção e assessoramento superiores da administração cujo provimento deva ser regido pelo critério da confiança, segundo for estabelecido em regulamento;

II — Pesquisa Científica e Tecnológica: os cargos com atribuições, exclusivas ou comprovadamente principais, de pesquisa científica, pura ou aplicada, para cujo provimento se exija diploma de curso superior de ensino ou habilitação legal equivalente e não estejam abrangidos pela legislação do Magistério Superior;

III — Diplomacia: os cargos que se destinam a representação diplomática;

IV — Magistério: os cargos com atividades de magistério de todos os níveis de ensino;

V — Polícia Federal: os cargos em atribuições de natureza policial.

VI — Tributação, Arrecadação e Fiscalização: os cargos com atividades de tributação, arrecadação e fiscalização de tributos federais;

VII — Artesanato: os cargos de atividades de natureza permanente, principais ou auxiliares, relacionadas com os serviços de arte em suas várias modalidades;

VIII — Serviços Auxiliares: os cargos de atividades administrativas em geral, quando não de nível superior;

IX — Outras atividades de nível superior: os demais cargos para cujo provimento se exija diploma de curso superior de ensino ou habilitação legal equivalente;

X — Outras atividades de nível médio: os demais cargos para cujo provimento se exija diploma ou certificado de conclusão de curso de nível médio ou habilitação equivalente.

Parágrafo único. As atividades relacionadas com transporte, conservação, custódia, operação de elevadores, limpeza e outras semelhantes ao

ção, de preferência, objeto de execução indireta, mediante contrato, de acordo com o art. 10, § 7º, do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967.

Art. 4º Outros grupos, com características próprias, diferenciados dos relacionados no artigo anterior, poderão ser estabelecidos ou desmembrados daqueles, se o justificarem as necessidades da Administração, mediante ato do Poder Executivo.

Art. 5º Cada grupo terá sua própria escala de nível a ser aprovada pelo Poder Executivo, atendendo, primordialmente aos seguintes fatores:

I — importância da atividade para o desenvolvimento nacional;

II — complexidade e responsabilidade das atribuições exercidas; e

III — qualificações requeridas para o desempenho das instituições.

Parágrafo único. Não haverá correspondência entre os níveis dos diversos grupos, para nenhum efeito.

Art. 6º A ascensão e a progressão funcionais obedecerão a critérios seletivos, a serem estabelecidos pelo Poder Executivo, associados a um sistema de treinamento e qualificação destinado a assegurar a permanente atualização e elevação do nível de eficiência do funcionalismo.

Art. 7º O Poder Executivo elaborará e expedirá o novo Plano de Classificação de Cargos, total ou parcialmente, mediante decreto, observadas as disposições desta lei.

Art. 8º A implantação do Plano será feita por órgãos, atendida uma escala de prioridade na qual se levará em conta preponderantemente:

I — a implantação prévia da reforma administrativa, com base no Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967;

II — o estudo quantitativo e qualitativo da lotação dos órgãos, tendo em vista a nova estrutura e atribuições decorrentes da providência mencionada no item anterior; e

III — a existência de recursos orçamentários para fazer face às respectivas despesas.

Art. 9º A transposição ou transformação dos cargos, em decorrência da sistematização prevista nesta lei, processar-se-á gradativamente considerando-se as necessidades e conveniências da administração e, quando ocupados, segundo critérios seletivos a serem estabelecidos para os cargos integrantes de cada grupo, inclusive através de treinamento intensivo e obrigatório.

Art. 10. O órgão central do Sistema de Pessoal expedirá as normas e instruções necessárias e coordenará a execução do novo Plano, a ser proposta pelos ministérios, órgãos integrantes da Presidência da República e autarquias, dentro das respectivas jurisdições, para aprovação mediante decreto.

§ 1º O órgão central do Sistema de Pessoal promoverá as medidas necessárias para que o plano seja mantido permanentemente atualizado.

§ 2º Para correta e uniforme implantação do Plano, o órgão central do Sistema de Pessoal promoverá gradativa e obrigatoriamente o treinamento de todos os servidores que participarem da tarefa, segundo programas a serem estabelecidos com esse objetivo.

Art. 11. Para assegurar a uniformidade de orientação dos trabalhos de elaboração e execução do Plano de Classificação de Cargos, haverá em cada ministério, órgão integrante da Presidência da República ou autarquia, uma equipe

técnica de alto nível, sob a presidência do dirigente do órgão de pessoal respectivo, com a incumbência de:

I — determinar quais os grupos ou respectivos cargos a serem abrangidos pela escala de prioridade a que se refere o artigo 8º desta lei;

II — orientar e supervisionar os levantamentos, bem como realizar os estudos e análises indispensáveis à inclusão dos cargos no novo Plano; e

III — manter com o órgão central do Sistema de Pessoal os contatos necessários para correta elaboração e implantação do Plano.

Parágrafo único. Os membros das equipes de que trata este artigo serão designados pelos Ministros de Estado, dirigentes de órgãos integrantes da Presidência da República ou de autarquia, devendo a escolha recair em servidores que, pela sua autoridade administrativa e capacidade técnica, estejam em condições de exprimir os objetivos do ministério, do órgão integrante da Presidência da República ou da autarquia.

Art. 12. O novo Plano de Classificação de Cargos a ser instituído em

aberto de acordo com as diretrizes expressas nesta lei, estabelecerá, para cada ministério, órgão integrante da Presidência da República ou autarquia, um número de cargos inferior, em relação a cada grupo, aos atualmente existentes.

Parágrafo único. A não-observância da norma contida neste artigo somente será permitida:

a) mediante redução equivalente em outro grupo, de modo a não haver aumento de despesas, ou

b) em casos excepcionais, devidamente justificados perante o órgão central do Sistema de Pessoal, se inviável a providência indicada na alínea anterior.

Art. 13. Observado o disposto na Seção VIII da Constituição e em particular, no seu artigo 97, as formas de provimento de cargos, no Plano de Classificação decorrente desta lei. Serão estabelecidas e disciplinadas mediante normas regulamentares específicas, não se lhes aplicando as disposições a respeito, contidas no Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União.

Art. 14. O atual Plano de Classificação de Cargos do Serviço Civil do Poder Executivo, a que se refere a Lei nº 3.780, de 12 de julho de 1960 e legislação posterior, é considerado extinto, observadas as disposições desta lei.

Parágrafo único. À medida que for sendo implantado o novo Plano, os cargos remanescentes de cada categoria, classificados conforme o sistema de que trata este artigo, passarão a integrar Quadros Suplementares e, sem prejuízo das promoções e acesso que couberem, serão suprimidos, quando vagarem.

Art. 15. Para efeito do disposto no artigo 108, § 1º da Constituição, as diretrizes estabelecidas nesta lei, inclusive o disposto no artigo 14 e seu parágrafo único, se aplicarão à classificação dos cargos do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, dos Tribunais de Contas da União e do Distrito Federal, bem como à classificação dos cargos dos Territórios e do Distrito Federal.

Art. 16. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 10 de dezembro de 1970; 149ª da Independência e 82ª da República.

LEI Nº 6.683,

DE 28 DE AGOSTO DE 1979

**Concede anistia e dá outras providências.**

O Presidente da República. Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º É concedida anistia a todos quantos, no período compreendido entre 2 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, cometeram crimes políticos ou conexos com estes, crimes eleitorais, aos que tiveram seus direitos políticos suspensos e aos servidores da Administração Direta e Indireta, de Fundações vinculadas ao Poder Público, aos servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário, aos militares e aos dirigentes e representantes sindicais, punidos com fundamento em Atos Institucionais e Complementares (Vetado).

§ 1º Consideram-se conexos, para efeito deste artigo, os crimes de qualquer natureza relacionados com crimes políticos ou praticados por motivação política.

§ 2º Executam-se dos benefícios da anistia os que foram condenados pela prática de crimes de terrorismo, assalto, seqüestro e atentado pessoal.

§ 3º Terá direito à reversão ao serviço público a esposa do militar demitido por Ato Institucional, que foi obrigada a pedir exoneração do respectivo cargo para poder habilitar-se ao montepio militar, obedecidas as exigências do art. 3º.

Art. 2º Os servidores civis e militares demitidos, postos em disponibilidade, aposentados, transferidos para a reserva ou reformados, poderão, nos cento e vinte dias seguintes à publicação desta lei, requerer o seu retorno ou reversão ao serviço ativo:

I — se servidor civil ou militar, ao respectivo Ministro de Estado;

II — se servidor da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, de Assembléia Legislativa e de Câmara Municipal, aos respectivos Presidentes;

III — se servidor do Poder Judiciário, ao Presidente do respectivo Tribunal;

IV — se servidor de Estado, do Distrito Federal, de Território ou de Município, ao Governador ou Prefeito.

Parágrafo único. A decisão, nos requerimentos de ex-integrantes das Polícias Militares ou dos Corpos de Bombeiros, serão precedida de parecer de comissões presididas pelos respectivos Comandantes.

Art. 3º O retorno ou reversão ao serviço ativo somente será deferido para o mesmo cargo ou emprego, posto ou graduação que o servidor, civil ou militar, ocupava na data de seu afastamento, condicionado, necessariamente, à existência de vaga e ao interesse da Administração.

§ 1º Os requerimentos serão processados e instruídos por comissões especialmente designadas pela autoridade à qual cabia apreciá-los.

§ 2º O despacho decisório será proferido nos cento e oitenta dias seguintes ao recebimento do pedido.

§ 3º No caso de deferimento, o servidor civil será incluído em Quadro Suplementar e o militar de acordo com o que estabelecer o Decreto a que se refere o art. 13 desta lei.

§ 4º O retorno e a reversão no serviço ativo não serão permitidos se o afastamento tiver sido motivado por improbidade do servidor.

§ 5º Se o destinatário da anistia houver falecido, fica garantido aos seus dependentes o direito às vantagens que lhe seriam devidas se estivesse vivo na data da entrada em vigor da presente lei.

Art. 4º Os servidores que, no prazo fixado no art. 2º, não requererem o retorno ou a reversão à atividade ou tiverem seu pedido indeferido, serão considerados aposentados, transferidos para a reserva ou reformados, contando-se o tempo de afastamento do serviço ativo para efeito de cálculo de proventos da inatividade ou da pensão.

Art. 5º Nos casos em que a aplicação do artigo anterior acarretar proventos em total inferior à importância percebida, a título de pensão, pela família do servidor, será garantido a este o pagamento da diferença respectiva como vantagem individual.

Art. 6º O cônjuge, qualquer parente, ou afim, na linha reta, ou na colateral, ou o Ministério Público, poderá requerer a declaração de ausência de pessoa que, envolvida em atividades políticas, esteja, até a data de vigência desta lei, desaparecida do seu domicílio, sem que dela haja notícias por mais de 1 (um) ano.

§ 1º Na petição, o requerente, exibindo a prova de sua legitimidade, oferecerá rol de, no mínimo, 3 (três) testemunhas e os documentos relativos ao desaparecimento, se existentes.

§ 2º O juiz designará audiência, que, na presença do órgão do Ministério Público, será realizada nos 10 (dez) dias seguintes ao da apresentação do requerimento e proferirá, tanto que concluída a instrução, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, sentença, da qual, se concessiva do pedido, não caberá recurso.

§ 3º Se os documentos apresentados pelo requerente constituírem prova suficiente do desaparecimento, o juiz, ouvido o Ministério Público em 24 (vinte e quatro) horas, proferirá, no prazo de 5 (cinco) dias e independentemente de audiência, sentença, da qual, se concessiva, não caberá recurso.

§ 4º Depois de averbada no registro civil, a sentença que declarar a ausência gera a presunção de morte do desaparecido, para os fins de dissolução do casamento e de abertura de sucessão definitiva.

Art. 7º É concedida anistia aos empregados das empresas privadas que, por motivo de participação em greve ou em quaisquer movimentos reivindicatórios ou de reclamação de direitos regidos pela legislação social, hajam sido despedidos do trabalho, ou destituídos de cargos administrativos ou de representação sindical.

Art. 8º São anistiados, em relação às infrações e penalidades decorrentes do não cumprimento das obrigações do serviço militar, os que, à época do recrutamento, se encontravam, por motivos políticos, exilados ou impossibilitados de se apresentarem.

Parágrafo único. O disposto neste artigo aplica-se aos dependentes do anistiado.

Art. 9º Terão os benefícios da anistia os dirigentes e representantes sindicais punidos pelos atos a que se refere o art. 1º, ou que tenham sofrido punições disciplinares ou incorrido em faltas ao serviço aquele período, desde que não excedentes de 30 (trinta) dias, bem como os estudantes.

Art. 10. Aos servidores civis e militares reproveitados, nos termos do art. 2º será contado

o tempo de afastamento do serviço ativo, respeitado o disposto no art. 11.

Art. 11. Esta lei, além dos direitos nela expressos, não gera quaisquer outros, inclusive aqueles relativos a vencimentos, soldos, salários, proventos, restituições, atrasados, indenizações, promoções ou ressarcimentos.

Art. 12. Os anistiados que se inscreveram em partido político legalmente constituído poderão votar e ser votados nas convenções partidárias a se realizarem no prazo de 1 (um) ano a partir da vigência desta lei.

Art. 13. O Poder Executivo, dentro de 30 (trinta) dias, baixará decreto regulamentando esta Lei.

Art. 14. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 15. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 28 de agosto de 1979; 158ª da Independência e 91ª da República.

**O SR. PRESIDENTE** (Dirceu Carneiro) — Designo relator da mensagem lida o Senador Mauro Benevides.

O Sr. Primeiro-Secretário procederá à leitura da Mensagem nº 57, de 1987-CN.

É lida a seguinte

### **MENSAGEM Nº 57, DE 1987-CN (Nº 78/85, na origem)**

Excelentíssimos Senhores Membros do Congresso Nacional:

Nos termos do § 1º do art. 55 da Constituição Federal, tenho a honra de submeter à elevada deliberação do Congresso Nacional, acompanhado de exposição de motivos dos Senhores Ministros de Estado da Fazenda e Chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, o texto do Decreto-Lei nº 2.226, de 16 de janeiro de 1985, publicado no **Diário Oficial da União** do dia subsequente, que "autoriza o Tesouro Nacional a participar do capital da Companhia Brasileira de Entrepósitos e Comércio — Cobec, e dá outras providências".

Brasília, 23 de janeiro de 1985. — **João Figueiredo**.

EM Nº 3

Em 10 de janeiro de 1985.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Na estratégia de desenvolvimento econômico implementada, com notável coerência, pelos sucessivos governos, desde fins da década de sessenta, as exportações passaram a desempenhar um papel de suma importância. Em consequência, foram definidos e acionados diversos instrumentos de política objetivando expandir substancialmente as vendas externas, com especial ênfase na promoção de produtos com maior grau de elaboração.

2. Dentre esses instrumentos, a criação da Companhia Brasileira de Entrepósitos e Comércio — Cobec, e a regulamentação das atividades das empresas comerciais exportadoras se revelaram dos mais eficazes.

3. Perfeitamente consciente do seu papel como elemento propulsor de uma diretriz econômica prioritária, a Cobec orientou, tão logo criada, a maior parte de seus esforços para a montagem de uma infra-estrutura interna e externa de apoio

às suas próprias operações e dos demais exportadores. Essa infra-estrutura teve, adicionalmente, a importante finalidade de desenvolver, junto à comunidade internacional, um conceito de credibilidade quanto à qualidade do produto e regularidade de seu suprimento, absolutamente essenciais à consolidação de sua presença nos mercados externos.

4. Do ponto de vista estritamente comercial, a ênfase foi colocada na prospecção de novos mercados e na diversificação de produtos, de modo a ampliar as perspectivas de uma rápida expansão da comercialização dos produtos nacionais.

5. Paralelamente, a Cobec realizou, sempre que solicitada, as operações comerciais de interesse do Governo associados, sobretudo, às necessidades de assegurar um adequado abastecimento de produtos essenciais.

6. O sucesso de vendas externas da Cobec é uma realidade, registrando-se, nos seus doze anos de existência, um invejável desempenho, refletido nas receitas brutas superiores a 5,5 bilhões de dólares.

7. É certo que, na fase inicial das operações, em atividade pioneira e sob condições adversas de competição internacional, as margens obtidas refletiram reduzidos níveis de rentabilidade.

8. Em parte, devido aos pesados investimentos realizados em um período de tempo extremamente curto na construção da infra-estrutura de apoio (entrepósito e armazenagem); em parte, devido ao pioneirismo de suas atividades na diversificação de produtos e de mercados; em parte, em consequência das operações feitas para o Governo, em que a lucratividade não se constituía na motivação predominante; e, em parte, ainda, devido a dificuldades no cumprimento de contratos comerciais em algumas operações, a Cobec arrostou com resultados negativos, que, nem mesmo, o aumento do volume de suas operações conseguiu eliminar.

9. É importante registrar que foi nesse contexto que se viu crescerem as atividades das demais empresas comerciais exportadoras, hoje em número superior a cem, e que são responsáveis por mais de trinta por cento de nossas exportações.

10. Assim, cumpridos os objetivos de preparar o campo para as atividades das **tradings** que, como foi assinalado, revelam muito dinamismo, cabe ainda à Cobec continuar participando deste esforço nas áreas comerciais, mas, acima de tudo, compete-lhe um papel de ampliação de suas atividades no campo da infra-estrutura de apoio ao comércio exterior, razão porque se torna imperiosa a concessão de prazo para solver os compromissos assumidos, preservando-se, dessa forma, um acervo técnico e de recursos humanos construído ao longo de sua existência.

11. Por essas razões, temos a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência o anexo projeto de decreto-lei que autoriza a União a participar do capital da Cobec em montante de até Cr\$ 7.000.000.000 (sete bilhões de cruzeiros) (art. 1º) e, ao mesmo tempo, dá autorização ao Poder Executivo para abrir crédito especial para essa finalidade (art. 2º), autorizando ainda o Ministro da Fazenda a conceder garantia do Tesouro Nacional para refinanciamento da sua dívida e de suas subsidiárias em montante de até US\$ 130.000.000,00 (cento e trinta milhões de dólares).

Aproveitamos a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos do nosso mais profundo respeito. — **Ernane Galvêas — Antônio Delfim Netto.**

DECRETO-LEI Nº 2.226,  
DE 16 DE JANEIRO DE 1985

**Autoriza o Tesouro Nacional a participar do capital da Companhia Brasileira de Entrepósitos e Comércio — Cobec, e dá outras providências.**

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o art. 55, item II, da Constituição, decreta:

Art. 1º Fica o Tesouro Nacional autorizado a participar do capital social da Companhia Brasileira de Entrepósitos e Comércio — Cobec, subcrevendo ações até o limite de Cr\$ 7.000.000.000,00 (sete bilhões de cruzeiros), em futuros aumentos do capital.

Parágrafo único. No ato de subscrição, o Tesouro Nacional será representado na forma do art. 10, item V, da alínea b, do Decreto-lei nº 147, de 3 de fevereiro de 1967.

Art. 2º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito especial, com recursos provenientes do Orçamento da União, a fim de atender a despesa decorrente da subscrição de ações de que trata o artigo anterior.

Art. 3º Efetivada a participação acionária referida no art. 1º, o Ministro da Fazenda poderá conceder a garantia do Tesouro Nacional a créditos obtidos pela Companhia Brasileira de Entrepósitos e Comércio — Cobec junto a instituições financeiras, públicas ou privadas, com sede ou estabelecimento no exterior, até o valor correspondente, em moeda nacional, a US\$ 130.000.000,00 (cento e trinta milhões de dólares norte-americanos), desde que destinados ao refinanciamento da dívida contraída pelas empresas ou suas subsidiárias até a data da publicação deste decreto-lei.

Parágrafo único. Nas operações de que trata este artigo, observar-se-á o limite a que se refere o art. 1º, item II, bem assim o disposto no art. 11, ambos do Decreto-lei nº 1.312, de 15 de fevereiro de 1974, com as modificações posteriores.

Art. 4º Revogadas as disposições em contrário, este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 16 de janeiro de 1985; 164ª da Independência e 97ª da República. — **João Figueiredo — Ernane Galvêas — Delfim Netto.**

#### LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO-LEI Nº 147,  
DE 3 DE FEVEREIRO DE 1967

**Dá nova lei orgânica à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).**

#### CAPÍTULO III

##### Da Competência

Art. 10. Ao Procurador-Geral da Fazenda Nacional compete:

V — representar e defender os interesses da Fazenda Nacional, podendo delegar competência, para esse fim, a Procurador da Fazenda Nacional;

b) nos atos, de que participe o Tesouro Nacional, relativos à subscrição, compra, venda ou transferência de ações de sociedades;

DECRETO-LEI Nº 1.312,  
DE 15 DE FEVEREIRO DE 1971

**Autoriza o Poder Executivo a dar a garantia do Tesouro Nacional a operações de créditos obtidos no exterior, bem como a contratar créditos em moeda estrangeira nos limites que especifica, consolidada inteiramente a legislação em vigor sobre a matéria e dá outras providências.**

Art. 1º É o Poder Executivo autorizado a dar a garantia do Tesouro Nacional a créditos que vierem a ser obtidos no exterior, bem como a contratar diretamente tais créditos para o fim especial de financiar programas previstos neste decreto-lei, até os seguintes limites:

II — Cr\$ 20.000.000.000,00 (vinte bilhões de cruzeiros), ou o equivalente em outras moedas, para dar a garantia do Tesouro Nacional a créditos concedidos por organismos financeiros estrangeiros ou internacionais a Estado ou Município, bem como a empresas públicas ou sociedades sob controle acionário do Poder Público, desde que as operações se destinem ao financiamento de programas mencionados no item anterior.

Art. 11. O Tesouro Nacional contratando diretamente ou por intermédio de agente financeiro poderá aceitar as cláusulas e condições usuais nas operações com organismos financiadores internacionais, sendo válido o compromisso geral e antecipado de diminuir por arbitramento todas as dúvidas e controvérsias derivadas dos respectivos contratos.

**O SR. PRESIDENTE** (Dirceu Carneiro) — Designo relator da mensagem lida o Deputado José Mendonça de Moraes.

**O SR. PRESIDENTE** (Dirceu Carneiro) — Os Relatores ora designados deverão concluir seus pareceres pela apresentação de projeto de decreto legislativo, aprovando ou rejeitando os textos dos decretos-leis.

O prazo a que se refere o § 1º do art. 55 da Constituição se encerrará em 16 de outubro vindouro.

**O SR. PRESIDENTE** (Dirceu Carneiro) — Passa-se, agora, à leitura da Proposta de Emenda à Constituição nº 99, de 1987.

A Presidência esclarece que a proposta está subscrita por 48 Srs. Senadores e 325 Srs. Deputados, satisfazendo assim, as condições exigidas pelo art. 2º da Resolução nº 1, de 1987 — CN.

**O SR. PRESIDENTE** (Dirceu Carneiro) — O Sr. Primeiro-Secretário procederá à leitura da Proposta de Emenda à Constituição nº 99, de 1987.

É lida a seguinte:

## PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 99, de 1987

**Altera dispositivo da Constituição Federal.**

Art. 1º O art. 25 da Constituição Federal passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 25 Do produto da arrecadação dos impostos mencionados nos itens IV e V do art. 21, a União distribuirá 50% (cinquenta por cento) na forma seguinte:

I — 20% (vinte por cento) ao Fundo de Participação dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;

II — 28% (vinte e oito por cento) ao Fundo de Participação dos Municípios;

III — 2% (dois por cento) ao Fundo Especial, que terá sua aplicação regulada em lei.

§ 4º Os municípios aplicarão em programas de saúde e no programa social em favor do menor carente 8% (oito por cento) e 2% (dois por cento) respectivamente, do valor que lhes for creditado por força do dispositivo no item I.”

Art. 2º Esta emenda entrará em vigor na data de sua publicação.

#### Justificação

De 1969 até hoje, transcorridos quase vinte anos, a distribuição dos recursos oriundos dos tributos arrecadados pela União, mais precisamente o Imposto de Renda e o Imposto sobre Produtos Industrializados, tem sofrido alterações quanto aos seus percentuais. Em 1969, através da Emenda nº 1, dos 12% (doze por cento), 5% (cinco por cento) eram para o Fundo de Participação dos Estados, Distrito Federal e Territórios; 5% (cinco por cento) para o Fundo de Participação dos Municípios e 2% (dois por cento) para o Fundo Especial.

Em 1975, com a Emenda nº 5, houve o aumento de 12% (doze por cento) para 20% (vinte por cento), destinando-se, respectivamente, 9% (nove por cento) para o Fundo de Participação dos Estados, Distrito Federal e Territórios; 9% (nove por cento) para o Fundo de Participação dos Municípios e 2% (dois por cento) para o Fundo Especial.

Em 1983, o percentual passou para 32% (trinta e dois por cento), através da Emenda nº 23, ficando 14% (quatorze por cento) para o Fundo de Participação dos Estados, Distrito Federal e Territórios; 16% (dezesseis por cento) para o Fundo de Participação dos Municípios e 2% (dois por cento) para o Fundo Especial.

Ainda não sendo suficiente essa distribuição, em 1985, através da Emenda nº 27, houve o aumento de 1% (um por cento) somente para o Fundo de Participação dos Municípios, permanecendo os percentuais destinados aos estados, Distrito Federal, territórios e ao Fundo Especial.

Apesar desse esforço, o que todos sabemos é que os Estados e Municípios estão em situação econômico-financeira cada vez pior, sem recursos para atender aos reclamos de suas comunidades e a gravidade sempre crescente de seus problemas, sobretudo no que diz respeito à área social.

Dai a necessidade, inclusive de aumentar o total da distribuição, por parte da União, dos 33% (trin-



ta e três por cento) para 50% (cinquenta por cento), ficando desse percentual 20% (vinte por cento) para o Fundo de Participação dos Estados, Distrito Federal e Territórios; 28% (vinte e oito por cento) para o Fundo de Participação dos Municípios, continuando 2% (dois por cento) para o Fundo Especial.

Permanece a vinculação quanto ao programa de saúde, com 8% (oito por cento), e 2% (dois por cento) ficam vinculados a programas de reeducação do menor carente, de todos os recursos destinados ao Fundo de Participação dos Municípios.

Quanto a essa última vinculação, trata-se de matéria nova, todavia, da maior importância, em termos de reeducação de uma grande massa de menores desajustados, em que, uma vez atendidos nos seus municípios, não migrariam para outros centros, agravando, em dimensões sempre crescentes, o problema social deste País.

Convém ressaltar que esta providência é emergencial, até que se dê tratamento definitivo, quando da elaboração da nova Constituição Federal.

Espero a acolhida de todos os Senhores Congressistas a esta emenda, que visa, tão-somente, tirar os nossos estados e municípios da situação de penúria em que se encontram.

**DEPUTADOS** — Eivaldo Gonçalves — Florestan Fernandes — Paulo Macarini — Maguito Vilela — Ivo Mainardi — Nilson Squarezzi — Cleonânio Fonseca — Carlos Cardinal — César Maia — Vilson Souza — Ronaldo Carvalho — Robson Maranhão — Fernando Velasco — Ubiratan Aguiar — Virgílio Galassi — Roberto Rollemberg — Octávio Elísio — Jairo Carneiro — Mendes Botelho — Gandi Jamil — Victor Faccioni — Antonio Ueno — Marcelo Cordeiro — Antoniocarlos Mendes Thame — Alysso Paulinelli — Homero Santos — Jayme Santana — Borges da Silveira — Mauro Sampaio — Saulo Queiroz — Vitor Fontana — Ronaldo César Coelho — Osvaldo Coelho — Paulo Pimentel — Paulo Ramos — Wagner Lago — Manoel Moreira — Geovani Borges — Oscar Corrêa — Mussa Demes — Domingos Juvenil — José Carlos Vasconcelos — Levy Dias — José Maranhão — Milton Lima — José Mendonça Berra — Eraldo Tinoco — Ailton Sandoval — Waldyr Pugliesi — Luiz Sayer — Geraldo Alckmin Filho — Giovanni Masini — Flávio Rocha — Eraldo Frindade — Manoel Castro — João Paulo — Astribal Bentes — Osvaldo Bender — Dallan Canabrava — Carlos Alberto Caó — Arnold Fioravante — Raquel Cândido — Fábio Raunheiti — Roberto Balestra — Aduato Pereira — Fausto Fernandes — Antonio Ferreira — Chistóvam Chiaradia — Elio Ferreira — Henrique Eduardo Alves — Ailton Cordeiro — Délio Braz — Geraldo Melo — Celso Dourado — João da Mata — João Natal — Narciso Mendes — Edivaldo Mota — Beth Aize — Maurílio Ferreira Lima — Aloysio Chaves — Wilson Campos — Flávio Palmier da Veiga — José Jlysses de Oliveira — Ubiratan Spinelli — Cardoso Uves — Alcení Guerra — Joaquim Bevilacqua — Francisco Rossi — Prisco Viana — Mário Lima — Lúcio Alcântara — João de Deus Antunes — Roberto D'Ávila — Ruy Nedel — Roberto Vital — Chagas Duarte — Ruberval Pilotto — Mauro Campos — Joaquim Sucena — Agripino Lima — Messias Góis — Nelson Aguiar — Antero de Barros — Aluizio Campos — Luiz Salomão — mael Wanderley — Jayme Paliarin — Edmilson Ientim — Ademir Andrade — Roberto Torres — Almeida Tavares — Jutahy Júnior — Gabriel

Guerreiro — Domingos Leonelli — Agassiz Almeida — Rita Camata — Cid Carvalho — Átila Lira — Lézio Sathler — Nyder Barbosa — Sólón Borges dos Reis — Francisco Salles — Antônio Carlos Konder Reis — Raquel Capiberibe — Hilário Braun — Annibal Barcellos — José Tavares — Sandra Cavalcanti — Davi Alves Silva — Dionísio Hage — Humberto Souto — Renan Calheiros — Lélío Souza — Adylson Motta — Adroaldo Streck — Salatiel Carvalho — Nelson Seixas — Chico Humberto — Maria de Lourdes Abadia — José Melo — Osmar Leitão — Nilson Gibson — Milton Reis — Moema São Thiago — Maurício Fruet — José Egreja — Nestor Duarte — Olívio Dutra — Onofre Correia — José Elias Murad — Gerson Peres — Haroldo Lima — José Carlos Coutinho — Ademar de Barros Filho — Gonzaga Patriota — Amaldo Martins — Horácio Ferraz — José Fernandez — Amaury Muller — Iberê Ferreira — Aécio de Borba — Jalles Fontoura — Hélio Manhães — Geraldo Fleming — Carlos Mosconi — Siqueira Campos — Marluce Pinto — Henrique Cordova — Albérico Filho — Bernardo Cabral — Érico Pegoraro — Jorge Ueque — Hélio Duque — Theodoro Mendes — Francisco Amaral — César Cals Neto — José Tinoco — Tedeu França — Paulo Muncarone — Alair Ferreira — Djenal Gonçalves — Cássio Cunha Lima — Leir Lomanto — José Lins — Sadie Hauache — Cláudio Ávila — Assis Canuto — Inocência Oliveira — José freire — Dionísio Dal Prá — Júlio Campos — Rose de Freitas — Osvaldo Sobrinho — Luiz Marques — Adolfo Oliveira — Renato Vianna — Farabulini Júnior — Jorge Leite — Etevaldo Nogueira — Arnaldo Prieto — João Rezek — Manoel Ribeiro — Sérgio Werneck — José Maurício — Nelson Friedrich — Carlos Virgílio — Juarez Antunes — Vladimir Palmeira — Floriceno Paixão — Benedito Monteiro — Heráclito Fortes — Walmar de Luca — Raul Ferraz — Anna Maria Rattes — Rubem Figueiró — Rubem Medina — Célio de Castro — José Quedes — Sílvio Abreu — Israel Pinheiro — Carrel Benevides — Mário Assad — Elieser Moreira — Antonio Gaspar — Daso Coimbra — Geraldo Campos — Francisco Küster — Márcia Kubitschek — Ziza Valadares — Joaci Góes — José Genoino — Manoel Viana — Naphtali Alves — Moisés Pimentel — Jorge Vianna — Ivo Vanderlinde — Virgílio Guimarães — Cunha Bueno — Milton Barbosa — Gastone Righi — Bocayuva Cunha — Antonio Câmara — Cristina Tavares — Gustavo Farias — Jairo Azi — José Costa — Alexandre Puzyna — Pimenta da Veiga — Jorge Arbage — Stélio Dias — Paes Landim — José Mendonça de Moraes — Paulo Delgado — José Santana — Francisco Carneiro — Ivo Cersósimo — Nyon Albemaz — Jesualdo Cavalcanti — Amaral Netto — Bonifácio de Andrada — Augusto Carvalho — Paulo Zarzur — Miro Teixeira — Sérgio Brito — Sérgio Spada — Francisco Diógenes — Simão Sessim — Roberto Brant — Lidice da Mata — Plínio Arruda Sampaio — Aldo Arantes — Orlando Bezerra — Gidel Dantas — Fernando Gomes — Brandão Monteiro — Eduardo Bonfim — Fernando Santana — Felipe Mendes — Denissar Arneiro — Osvaldo Lima Filho — João Alves — Lyzãneas Maciel — João Agripino — José Luiz Maia — Gilson Machado — Genebaldo Corrêa — José Thomaz Nonô — Leopoldo Bessone — Carlos Cotta — Pedro Ceolin — Aloysio Teixeira — Maurício Campos — Geraldo Buihães — Bezerra de Mello — Doreto Campanari — Sérgio Naya — Furtado Leite — Michel Temer — Arnaldo

Moraes — Raimundo Bezerra — Paulo Roberto — Valmir Campelo — Mauro Miranda — Jofran Frejat — Sigmaringa Seixas — Santinho Furtado — Arnaldo Faria de Sá — Ângelo Magalhães — Wilma Maia — Matheus Iesen — Eunice Michiles — Vingt Rosado — Abigail Feitosa — Ottomar Pinto — Samir Achôa — Maria Lúcia Araújo — Harlan Gadelha — Lúcia Vania — Vinícius Cansação — Mozerildo Cavalcanti — Hermes Zaneti — Jonas Pinheiro — Lúcia Braga.

**SENADORES** — Nabor Júnior — Antonio Farias — Mauro Benevides — Iran Saraiva — Maurício Corrêa — Itamar Franco — Ronaldo Aragão — Alexandre Costa — Paulo Bisol — Meira Filho — Márcio Lacerda — Teotônio Vilela Filho — Pompeu de Souza — Leopoldo Peres — Mansueto de Lavor — Edison Lobão — Lourenberg Nunes Rocha — Carlos Alberto de Souza — José Fogaça — Wilson Martins — Hugo Napoleão — Dirceu Carneiro — Francisco Rollemberg — Olavo Pires — Marcondes Gadelha — José Agripino — Mauro Borges — Albano Franco — Ruy Bacciar — Mário Maia — João Lobo — Almir Gabriel — Guilherme Palmeira — Leite Chaves — Chagas Rodrigues — Nelson Wedekin — Rachid Saldanha Derzi — José Ignácio Ferreira — Jamil Haddad — Afonso Camargo — Odacir Soares — Ronan Tito — Irapuá Costa Júnior — Divaldo Suruagy — Jutahy Magalhães — Alfredo Campos — Carlos Chiarelli — Afonso Arinos.

**O SR. PRESIDENTE** (Dirceu Carneiro) — De acordo com as indicações das Lideranças, e tendo em vista o que lhe faculta o § 1º do art. 9º do Regimento Comum, a Presidência designa, para Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria.

Pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro — Senadores Leopoldo Peres, Leite Chaves, Mendes Canale, Mansueto de Lavor, Cid Sabóia de Carvalho, José Richa, Nabor Júnior e os Srs. Deputados Fernando Bezerra Coelho, Fernando Gasparian, Irajá Rodrigues, José Serra, Max Rosenmann e Ronaldo César Coelho. Pelo Partido da Frente Liberal — Senadores João Lobo, Edison Lobão e os Srs. Deputados Eivaldo Gonçalves, Waldeck Omelas e Jesualdo Cavalcanti. Pelo Partido Democrata Cristão Senador Mauro Borges. Pelo Partido Trabalhista Brasileiro Senador Carlos Alberto. Pelo Partido Democrático Social Deputado Adylson Motta. Pelo Partido Democrata Trabalhista Deputado Adhemar de Barros Filho.

**O SR. PRESIDENTE** (Dirceu Carneiro) — A Comissão Mista ora designada deverá reunir-se dentro de 48 horas para eleição do Presidente e do Vice-Presidente.

Perante a Comissão, poderão ser apresentadas emendas, no prazo de oito dias a contar de sua instalação, com o mesmo número de assinaturas previsto para a apresentação da proposta.

O parecer da Comissão Mista deverá ser apresentado até o dia 16 de setembro próximo.

**O SR. PRESIDENTE** (Dirceu Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Constituinte Adylson Motta.

**O SR. ADYLSO MOTA** (PDS — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, antes de tratar propriamente da questão de ordem, quero referir-me à emenda constitucional, da qual sou um dos signatários. Fui designado pela Liderança de meu partido para integrar a Comissão Mista

que irá apreciá-la. Entretanto, quero ponderar que a considero completamente inoportuna e no mínimo inócua, principalmente por tratar de matéria financeira. Estamos em fase de elaboração de um novo texto constitucional, e quando essa emenda estiver sendo aprovada, provavelmente a nova Constituição deverá estar sendo promulgada.

Sr. Presidente, peço a V. Ex<sup>a</sup> que, com base no § 2º do art. 29, encerre a sessão por falta de **quorum**, uma vez que o Sr. Presidente do

Senado Federal está estudando uma fórmula que viabilize e agilize o processo de votação dos decretos-leis. Parece-me que para amanhã está sendo convocada uma reunião com a finalidade de formarmos decisões relativas a um esforço concentrado do Congresso Nacional

**O SR. PRESIDENTE** (Dirceu Carneiro) — A intervenção de V. Ex<sup>a</sup> tem fundamento no § 2º do art. 29 do Regimento Comum.

A Presidência, ao encerrar os trabalhos, convoca sessão conjunta a realizar-se amanhã, às

10 horas, neste plenário, destinada a:

1º Leitura das Mensagens Presidenciais de nºs 58 a 67, de 1987 — CN, referentes aos Decretos-Leis de nºs 2.227 a 2.236, de 1985; e

2º Apreciação das Mensagens Presidenciais de nºs 1 a 5, de 1987 — CN, referentes aos Decretos-Leis de nºs 2.192 a 2.196, de 1984 (respectivamente, em regime de urgência (6ª Seção).

Está encerrada a Sessão.

*(Levanta-se a sessão às 20 horas e 35 minutos.)*